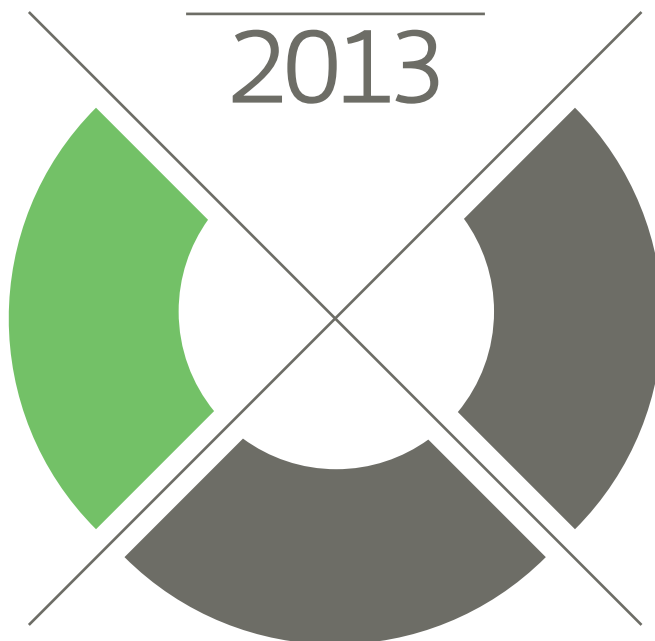


RELATÓRIO  
E CONTAS

2013



VIDA

T-VIDA, Companhia de Seguros S.A.  
Av. da Liberdade, n.º 242  
1250 - 149 Lisboa / Portugal

Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa - NIPC: 507 684 486  
[www.t-vida.pt](http://www.t-vida.pt)

---

# ÍNDICE

---

**04**

ÓRGÃOS SOCIAIS

**06**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**14**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**18**

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

**20**

MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

**22**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

**24**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**63**

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

**71**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO  
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**VIDA**

01

ÓRGÃOS SOCIAIS



VIDA

## 01. ÓRGÃOS SOCIAIS

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



### Assembleia-Geral

#### Presidente

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

#### Secretário

João Afonso Pereira Gomes da Silva

### Conselho de Administração

#### Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

#### Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



### Conselho Fiscal

#### Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

#### Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

#### Suplente

José Silva Duque

### Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

#### Suplente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados



02

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



VIDA

## 02. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da T-Vida, Companhia de Seguros, SA (adiante designada por T-Vida ou Companhia), respeitantes ao exercício de 2013.

### 2.1 / Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2013 ficou marcado por uma recuperação da atividade económica global, particularmente visível nas principais economias desenvolvidas, suportado por uma recuperação da atividade na Europa.

#### 2.1.1 / Situação Económica Internacional

A economia dos Estados Unidos registou um crescimento de 1,9% em 2013, em desaceleração face ao ano anterior (2,8%), mas com um comportamento mais dinâmico no 2º semestre do ano. Os progressos nos balanços das famílias e empresas, a recuperação no mercado de trabalho, a subida dos preços das habitações e o bom desempenho do mercado acionista contribuíram para a recuperação da atividade económica na segunda metade do ano, com um maior dinamismo do consumo privado e do investimento.

A recuperação da atividade económica traduziu-se numa melhoria do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a recuar de 8,1% para 6,7% da população ativa. O défice público americano recuou de 9,3% para 6,5% do PIB, refletindo a contenção nos gastos públicos e a recuperação da atividade. Com a inflação em níveis reduzidos (próxima de 1,5%) e com a ausência de pressões inflacionistas, a Reserva Federal manteve, ao longo do ano, o programa de aquisição de ativos (*quantitative easing*) definido em 2012, ao ritmo mensal de 85 mil milhões de dólares, mantendo também a *target rate* dos *fed funds* no intervalo compreendido entre 0% e 0,25%.

Na Zona Euro, o ano de 2013 foi marcado por uma estabilização das condições financeiras e económicas, apesar da ocorrência de alguns fatores adversos, de que se destacaram a instabilidade política em Itália e a crise financeira de Chipre. A maior estabilidade das condições dos mercados financeiros resultou do forte recuo dos riscos sistémicos associados à crise da dívida soberana, bem como de uma melhoria progressiva das perspetivas de crescimento da atividade. Também os novos passos no sentido da consolidação da união bancária contribuíram para a melhoria da confiança.

No conjunto do ano, o PIB da Zona Euro registou ainda uma contração de 0,4%, explicada pelo recuo significativo da atividade no 1º trimestre. No entanto, o 2º trimestre foi já marcado por um crescimento positivo e por uma recuperação da atividade, que foi ganhando vigor até ao final do ano, devendo sublinhar-se a expansão do PIB de 0,5% no 4º trimestre. A taxa de desemprego manteve-se em níveis elevados, tendo subido, em termos médios, de 11,4% para 12,1% da população ativa.

Neste contexto, a inflação anual diminuiu de 2,5% em 2012 para 1,4% em 2013. Em maio, o BCE reduziu a principal taxa de juro de referência

em 25 pontos base, de 0,75% para 0,5%, e em novembro, face a uma expressiva desaceleração dos preços (com a taxa de inflação homóloga a descer para 0,7%), levou a cabo uma nova redução de 25 pontos base naquela taxa, para um mínimo de 0,25%. Para além destas decisões, o BCE prolongou até (pelo menos) meados de 2015 a provisão ilimitada de liquidez nas operações de refinanciamento.

Por outro lado, implementou um inédito regime de *forward guidance* relativamente à política monetária, sinalizando a manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. No entanto, a Euribor a 3 meses subiu 6 pontos base no 4º trimestre e 10 pontos base no ano, para 0,287%, refletindo sobretudo a redução da liquidez associada ao aumento de reembolsos dos LTROs por parte dos bancos. O EUR apreciou-se perto de 4,5% face ao USD, para EUR/USD 1,379.

A recuperação da atividade na Zona Euro foi extensível às economias da periferia, que regressaram igualmente a crescimentos positivos na segunda metade do ano, como é o caso de Espanha que, apesar de no conjunto de 2013 o PIB ter recuado 1,2%, revelou sinais progressivos de estabilização da atividade económica, com variações trimestrais de 0,1% e 0,3%, no 3º e 4º trimestres, respetivamente.

Nos EUA e na Europa, a recuperação do crescimento e da confiança no contexto de políticas monetárias expansionistas beneficiou particularmente o mercado acionista. Nos EUA, os índices S&P500 e NASDAQ registaram ganhos de 29,6% e 38,3%, respetivamente. Na Europa, o DAX, o CAC e o IBEX avançaram 25,5%, 18% e 21,4%, respetivamente. Com a recuperação da atividade e com a Reserva Federal americana a sinalizar uma atenuação do *quantitative easing*, as *yields* dos *Treasuries* e dos *Bunds* a 10 anos subiram, em 2013, de 1,758% para 3,029% e de 1,316% para 1,929%, respetivamente.

#### 2.1.2 / Situação Económica Nacional

Em Portugal, o desempenho favorável das exportações e uma tendência de estabilização na procura interna traduziram-se numa recuperação da atividade a partir do 2º trimestre de 2013. O PIB registou uma queda anual de 1,4% em 2013, mas com variações trimestrais positivas a partir do 2º trimestre (1,1%, 0,3% e 0,5%) e com o regresso a crescimentos homólogos no 4º trimestre (1,6%, após 11 trimestres de contração). Esta evolução intra-anual da atividade económica coincidiu com uma melhoria gradual dos indicadores de confiança das famílias e empresas, com o Indicador de Sentimento Económico da Comissão Europeia a aproximar-se da respetiva média de longo prazo.

O crescimento da economia portuguesa manteve-se, no entanto, condicionado pelo processo de *deleveraging* em curso nos diferentes setores. No conjunto do ano, o consumo privado e a formação bruta de capital fixo registaram quedas em termos reais (-1,7% e -6,6%, respetivamente), ainda que significativamente menos intensas do que em 2012 e em recuperação na parte final do ano.

À evolução anual do consumo privado correspondeu um aumento da capacidade líquida de financiamento das famílias, para um valor próximo de 7,5% do PIB, suportado por uma subida da respetiva taxa de poupança, para um valor próximo de 13,5% do rendimento disponível. Por sua vez,

as empresas voltaram a reduzir as respetivas necessidades líquidas de financiamento, para um valor inferior a 2% do PIB, para o que terá contribuído uma nova redução do investimento.

Neste contexto, a economia registou uma perda de cerca de 120 mil empregos no conjunto do ano, sustentando a manutenção de uma taxa de desemprego elevada (16,3% da população ativa, em termos médios anuais, após 15,7% em 2012). A evolução do mercado de trabalho acompanhou, no entanto, o perfil intra-anual da atividade económica. A taxa de desemprego recuou de 17,7% para 15,3% da população ativa entre o 1º e o 4º trimestre de 2013, com esta descida suportada pela criação de perto de 130 mil empregos nos últimos três trimestres do ano, bem como por uma redução da população ativa (associada, em parte, a um elevado fluxo de emigração).

As exportações terão registado um crescimento real de 5,6% em 2013, com contributos positivos das mercadorias e dos serviços, destacando-se o aumento da capacidade produtiva e exportadora de combustíveis e a forte procura externa dirigida ao setor do turismo.

Em conjunto com o aumento da poupança interna, este resultado contribuiu para a obtenção de um excedente de 2,6% do PIB no saldo conjunto das balanças corrente e de capital. A recuperação da atividade e as medidas de consolidação orçamental contribuíram para uma redução do défice das Administrações Públicas (ajustado pelos critérios da *Troika*) para um valor em torno de 4,5%, abaixo da meta de 5,5% do PIB.

Portugal regressou aos mercados de capitais em dezembro de 2013 com uma operação de troca de dívida de 6,6 mil milhões de euros, a que se seguiram, no início de 2014, emissões sindicadas a 5 e 10 anos, num montante global de 6,25 mil milhões de euros. Após um máximo de 7,5% em julho, a *yield* das OTs a 10 anos fechou o ano em 6,13%, prolongando a tendência de descida no início de 2014, para valores inferiores a 5%. O PSI-20 valorizou-se cerca de 16% em 2013.

### 2.1.3 / Mercado Segurador

Em 2013 verificou-se um crescimento significativo do volume de prémios de seguro direto, resultado da expansão dos seguros Vida.

O conjunto da produção Vida e Não Vida ascendeu a 13 105 milhões de euros, 20,1% acima do valor de 2012 (mais 2 194 milhões de euros).

O ramo Vida foi o responsável por esta evolução positiva do mercado. Os prémios alcançaram os 9 247 milhões de euros, o que significa um crescimento de 33,5% em relação ao ano anterior. O acréscimo da procura pelos produtos de poupança das seguradoras foi determinante para a evolução positiva do segmento Vida, comprovando a especial atratividade do seu modelo de remuneração em conjunturas mais voláteis.

A larga maioria dos produtos de poupança comercializados pelas seguradoras oferece garantias de capital e rendimento aos investidores, o que é um elemento de segurança muito valorizado nestes contextos. Assim, os produtos de Capitalização registaram uma subida superior a 40,0% e as novas contribuições para PPR's atingiram 1 548 milhões de euros, mais 37,9% em relação a 2012.

No segmento Não Vida, o ano de 2013 foi de contenção, com quedas do volume de prémios na maior parte dos ramos. A conjuntura macroeconómica adversa condiciona a procura de seguros Não Vida e aumenta a pressão concorrencial do lado da oferta, com impacto nos preços.

O volume de prémios Não Vida atingiu 3 858 milhões de euros (-3,2% em relação ao ano anterior) com destaque para a queda acentuada na produção do ramo Acidentes de Trabalho (-8,0%) e também no ramo Automóvel (-5,8%) justificada não só pela necessidade de redução de custos das famílias e empresas (com implicação no número e tipo de coberturas contratadas) mas também pela redução do prémio médio potenciada pela pressão concorrencial existente.

Por outro lado, destaque positivo para o ramo Saúde (+3,2%) que, tendo em conta as dificuldades conjunturais, demonstra o crescente interesse dos consumidores por este tipo de seguro. Também os ramos Multirrisco (+1,1%), em especial Habitação (+1,5%), continuaram a ver a sua produção aumentar, expressando uma crescente sensibilidade para a gestão dos riscos e para a proteção em tempos de incerteza.

O peso da atividade seguradora no PIB aumentou de 6,4% em 2012 para 7,7% em 2013. O segmento Vida representa 5,5% do PIB e o Não Vida representa 2,3% (4,1% e 2,3% em 2012, respetivamente).

De acordo com as contas provisórias do setor segurador, os resultados líquidos do exercício foram muito positivos. O total do setor apresentou resultados de 692 milhões de euros, um acréscimo de 28,0% em relação a 2012.

A recuperação dos mercados de capitais permitiu às seguradoras terminar o ano de 2013 com um crescimento dos lucros, com destaque para o ramo Vida. Uma prudente gestão dos investimentos e um ano de valorização dos ativos no mercado de capitais, foram fatores determinantes para esta evolução.

De notar que o resultado de 2013 foi fortemente influenciado por duas operações extraordinárias de cedência de carteira Vida que, em termos líquidos, contribuíram em cerca de 180 milhões de euros para o resultado do setor (240 milhões de euros foi o impacto semelhante verificado em 2012).

Os resultados técnicos Não Vida diminuíram cerca de 79% (de 92 milhões de euros em 2012 para 19 milhões de euros em 2013), devido sobretudo aos prejuízos provocados pelo temporal de janeiro de 2013.

## 2.2 / Factos Relevantes em 2013

O ano 2013 foi de crescimento no mercado (+33,5%) sobretudo devido aos produtos financeiros com garantia de capital, com um crescimento de 43% nos produtos de Capitalização (alcançando 6 800 milhões de euros) e de 38% nos PPR (1 500 milhões de euros). Os produtos tradicionais cingiram-se por um aumento de 0,5% (com 900 milhões de euros) e dentro destes, os produtos de Risco e Mistos decresceram 0,6%. A T-Vida apresentou também uma tendência de forte crescimento no total de produção com +24,7% (alcançando 112 milhões de euros), com +3,1% nos produtos de Risco e Mistos.

A T-Vida manteve a sua linha estratégica de crescer nos seguros de Vida Risco, criando condições para ser dinâmica e continuar a ganhar quota de mercado nesta área. Tem vindo a recriar a sua gama de produtos de Vida Previdência e Vida ligado ao Crédito Habitação e reforçou a sua capacidade de distribuição, selecionando um conjunto de parceiros de negócio com perfil e apetência para vender este tipo de seguros. Desenvolveu ainda nesta área, novas formas de distribuição, nomeadamente a venda por telefone, tendo obtido resultados muito satisfatórios, desde 2011.

A prestação de um serviço de qualidade aos seus Clientes e Parceiros de Negócio continuou a ser um dos objetivos prioritários da T-Vida, pelo que, durante o ano, foi mantida uma política de melhoria contínua nos



seus processos, nomeadamente com o lançamento no final do ano das Tele-entrevistas para avaliação clínica dos proponentes.

Relativamente ao stock de apólices, a maturidade de alguns produtos e a busca do aforrador por taxas mais elevadas no curto prazo, levou à anulação de um número significativo de apólices, sendo o stock a 31 de dezembro de 2013 de 130 017 apólices. De realçar, que nas novas subscrições de Vida Risco verificou-se uma tendência para a subscrição de capitais médios e prémios médios mais elevados.

## 2.3 / Principais Variáveis e Indicadores de Atividade

(milhares de euros)

	2013	2012	VAR 13/12 %
<b>Balço</b>			
Investimentos	661 612	721 421	-8,3
Ativo líquido	852 573	865 913	-1,5
Capital próprio	67 581	65 174	3,7
Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	762 467	724 787	5,2
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Total de produção	111 708	89 577	24,7
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	48 554	31 341	54,9
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	56 512	60 331	-6,3
Provisão matemática, líquida de resseguro	7 974	28 653	-72,2
Participação nos resultados, líquida de resseguro	2 182	2 135	2,2
Custos operacionais	6 133	6 477	-5,3
Resultado financeiro	17 811	-5 334	433,9
Saldo técnico <sup>(1)</sup>	7 442	6 565	13,4
Saldo global <sup>(2)</sup>	11 865	11 884	-0,2
Resultado líquido	4 296	4 530	-5,2
<b>Indicadores (%)</b>			
Saldo técnico/ Total de produção	6,7	7,3	-0,6 p.p.
Custos operacionais/ Total de produção	5,5	7,2	-1,7 p.p.
Custos operacionais/ Provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento	0,8	0,9	-0,1 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	149,0	136,4	12,6 p.p.
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	112,2	180,5	-68,3 p.p.
Benefícios pagos/ Depósitos recebidos (IAS 39)	39,0	42,8	-3,8 p.p.
Custos de aquisição/ (Prémios + depósitos recebidos)	5,4	7,0	-1,6 p.p.
Custos administrativos/ (Prémios + depósitos recebidos)	3,0	3,4	-0,4 p.p.
<b>Outros Indicadores</b>			
Nº empregados <sup>(3)</sup>	22	19	15,8
Nº apólices	130 017	133 779	-2,8

(1) Saldo técnico líquido de resseguro.  
(2) Saldo técnico + saldo atividade financeira.  
(3) Colaboradores pertencentes ao quadro permanente.

## 2.4 / A Atividade da T-Vida em 2013

### 2.4.1 / Total de Produção

Em 2013 verificou-se uma evolução favorável na produção da Seguradora, não obstante as dificuldades de crescimento da economia nacional e disponibilidade dos consumidores.

A produção totalizou 111 708 milhares de euros, registando um crescimento de 24,7%, (+22 131 milhares de euros), face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pelo aumento significativo da produção nos seguros financeiros, nomeadamente nos PPR, que apresentam um aumento de 152,2% (+25 911 milhares de euros).

Os produtos de Capitalização, excluindo os PPR, deram um contributo negativo, registando-se uma quebra de 19,7% (-10 177 milhares de euros), face ao período homólogo.

A linha de negócio Vida Risco cresceu 6,1% (+880 milhares de euros), ganhando relevância na produção, chegando no final do ano com um peso de 13,7% do total da produção de 2013. Este crescimento adquire particular importância dadas as margens técnicas elevadas que proporciona, dando um contributo significativo para os resultados da Companhia.

As Rendas, apresentaram um aumento de 147,0% (+5 869 milhares de euros), enquanto os produtos Mistos decresceram 13,6% (-328 milhares de euros), dado tratar-se de um tipo de produto pouco comercializado e de elevada maturidade.

(milhares de euros)

Total de Produção	2013	2012	VAR 13/12 (%)
<b>Total de Produção</b>	<b>111 708</b>	<b>89 577</b>	<b>24,7%</b>
<b>Contratos Seguros</b>	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>	<b>49,9%</b>
Rendas vitalícias	9 861	3 992	147,0%
Restantes produtos risco e mistos	17 382	16 854	3,1%
Produtos de capitalização	2 816	2 463	14,3%
PPR	20 534	10 435	96,8%
<b>Contratos de Investimento</b>	<b>61 115</b>	<b>55 833</b>	<b>9,5%</b>
Produtos de capitalização	38 713	49 243	-21,4%
PPR	22 402	6 590	239,9%

### 2.4.2 / Custos com Sinistros e Benefícios Pagos

O total de custos com indemnizações ascendeu a 80 587 milhares de euros, apresentando uma redução de 5,0% comparativamente a 2012. Esta diminuição é justificada pelo impacto da diminuição significativa dos resgates nos PPR Garantido e PPR *Unit Links*.

O peso das indemnizações face às provisões matemáticas em início de período foi de 10,6% (contra 11,1% no ano anterior), tendo o ano de 2013 sido caracterizado como um ano de elevado montante de vencimentos (22 719 milhares de euros, +50,2% face ao período homólogo) e menor volume de resgates (42 619 milhares de euros, -16,4% face ao período homólogo).

Nos PPR, os custos com sinistros e benefícios pagos atingiram os 45 869 milhares de euros (-20,8%), variação esta justificada essencialmente pela diminuição de resgates, tendo os mesmos um peso de 31,0% no total de custos com sinistros, face a 48,8% realizados em 2012. Os produtos de Capitalização aumentaram a sua sinistralidade em 8 049 milhares de euros (+76,4%), resultado do aumento dos resgates, nos produtos Financeiros, no valor de 8 693 milhares de euros (+131,6%).

Nos produtos Tradicionais os custos com indemnizações diminuíram 1,2%, totalizando no final do ano 15 764 milhares de euros, essencialmente devido à elevada sinistralidade nos produtos de Risco (+14,0%), apesar da diminuição acentuada nas Rendas (32,4%) e produtos Mistos (-8,2%).

(milhares de euros)

Custos com Sinistros e Benefícios Pagos	2013	2012	VAR 13/12 %
<b>Custos Com Sinistros e Benefícios Pagos</b>	<b>80 587</b>	<b>84 789</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Contratos Seguros</b>	<b>56 754</b>	<b>60 900</b>	<b>-6,8%</b>
Rendas vitalícias	6 442	6 391	0,8%
Restantes produtos risco e mistos	9 322	9 568	-2,6%
Produtos de capitalização	4 816	5 876	-18,0%
PPR	35 801	38 699	-7,5%
<b>Benefícios Pagos de Contratos de Investimento</b>	<b>23 834</b>	<b>23 889</b>	<b>-0,2%</b>
Produtos de capitalização	13 766	4 656	195,6%
PPR	10 068	19 233	-47,7%

## 2.4.3 / Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento

A evolução verificada nas provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento está diretamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência direta com o valor registado nos passivos de contratos de seguro e de investimento.

A 31 de dezembro de 2013, as provisões matemáticas e passivos de contratos de investimento cresceram 5,2% (+37 680 milhares de euros), evolução favorável justificada essencialmente pelo aumento das provisões matemáticas dos Passivos Financeiros, nomeadamente a Capitalização apresentando um incremento de +22 495 milhares de euros e os PPR de +9 599 milhares de euros.

As provisões matemáticas de produtos de Capitalização cresceram 17,2% (+5 545 milhares de euros), enquanto os PPR decresceram 1,7% (-2 911 milhares de euros). De salientar, a Operação de Capitalização, no valor de 278 499 milhares de euros, que se manteve em linha com o ano anterior, e que representa 36,5% (38,4% em 2012) das provisões matemáticas e passivos de contratos de seguro e de investimento.

A venda de contratos com taxas técnicas mais baixas deu origem a uma menor variação da média das taxas mínimas garantidas dos PPR, verificando-se uma oscilação de 2012 para 2013 de 3,13% para 3,26%. No entanto, nos produtos de Capitalização, a oscilação foi maior devido à comercialização de novos produtos, com taxas técnicas superiores.

De assinalar a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 56,5% (59,7% em 2012) do total das provisões matemáticas e dos passivos de contratos de seguro e de investimento tem permitido à Companhia manter uma posição de destaque no mercado, nomeadamente no segmento de seguradoras que não exploram o canal bancário.

(milhares de euros)

Provisões Matemáticas e Passivos de Contratos de Investimento	2013	2012	VAR 13/12 %
<b>Prov. Matemáticas e Passivos de Cont. de Inv.</b>	<b>762 467</b>	<b>724 787</b>	<b>5,2%</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>290 678</b>	<b>285 039</b>	<b>2,0%</b>
Rendas vitalícias	53 865	48 038	12,1%
Restantes produtos risco e mistos	31 407	34 228	-8,2%
Produtos de capitalização	37 708	32 163	17,2%
PPR	167 698	170 609	-1,7%
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>471 789</b>	<b>439 748</b>	<b>7,3%</b>
Produtos de capitalização	87 717	65 222	34,5%
PPR	105 573	95 974	10,0%
Operações de capitalização	278 499	278 552	0,0%

## 2.4.4 / Saldo Técnico

Verificou-se um aumento do saldo técnico<sup>(1)</sup> de 6 565 milhares de euros em 2012, para 7 442 milhares de euros, em 2013. Este aumento representa, face ao ano anterior, um acréscimo de 878 milhares de euros (+13,4%), explica-se essencialmente pelo aumento da produção (+24,7%) e boa performance do saldo técnico dos produtos de Vida Risco, que representaram 105,4% do Saldo Técnico Total.

De salientar, no saldo técnico<sup>(1)</sup> de 2013, o impacto positivo da diminuição da sinistralidade nos produtos Financeiros, nomeadamente no PPR Garantido e o impacto negativo da degradação do Saldo Técnico das Rendas.

O saldo financeiro<sup>(2)</sup> apresentou uma variação negativa de 896 milhares de euros (-16,8%), resultante da evolução desfavorável dos rendimentos afetos, tendo os rendimentos *Unit Links* e os rendimentos de resseguro financeiro contribuído positivamente para o resultado. O saldo global<sup>(3)</sup> apresentou-se praticamente em linha com o ano anterior, situando-se nos 11 865 milhares de euros, face a 11 884 milhares de euros em 2012.

(milhares de euros)

Saldo Técnico Total	2013	2012	VAR 13/12 %
<b>Saldo Técnico<sup>(1)</sup></b>	<b>7 442</b>	<b>6 565</b>	<b>13,4</b>
PPR	184	250	-26,4
Capitalização	-40	-196	-79,6
Tradicionais	7 298	6 511	12,1
<b>Saldo Atividade Financeira<sup>(2)</sup></b>	<b>4 423</b>	<b>5 319</b>	<b>-16,8</b>
PPR	3 508	4 840	-27,5
Capitalização	873	418	108,9
Tradicionais	-306	-311	1,6
Operações de Capitalização	348	372	-6,5
<b>Saldo Global<sup>(3)</sup></b>	<b>11 865</b>	<b>11 884</b>	<b>-0,2</b>

(1) Saldo Técnico líquido de Resseguro.

(2) Rendimentos da Atividade Financeira incluindo participação nos resultados e Juro Técnico.

(3) Saldo Técnico + Saldo Atividade Financeira.

## 2.4.5 / Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram um decréscimo de 5,3% (-344 milhares de euros), face ao ano anterior, essencialmente devido à redução substancial em fornecimentos e serviços externos.

Os custos com pessoal mantiveram-se em linha com o ano anterior, situando-se nos 1 729 milhares de euros.

Os fornecimentos e serviços externos diminuíram -34,7% (-776 milhares de euros). Para este efeito contribuiu a diminuição dos custos inerentes ao contrato de prestação de serviços com a BES-Vida, a redução de custos com Patrocínios, bem como o impacto de algumas reclassificações de custos diretamente imputados à venda para custos de aquisição.

Os impostos e Taxas aumentaram 25,6%, consequência do aumento da produção verificada em 2013.

De salientar, o aumento das amortizações, de +18,9%, face ao ano anterior, devido ao aumento da amortização de ativos intangíveis, relacionados com a sazonalidade da amortização do *trespasse* da carteira (*Value In Force*) de +16,7% e aumento de despesas de investigação e desenvolvimento de +60,8%, fruto de novos projetos desenvolvidos no ano 2013.

As comissões aumentaram 2,5%, por impacto do acréscimo de custos com comissões de gestão de ativos financeiros devido ao aumento da carteira sob gestão da ESAF.

(milhares de euros)

Custos Operacionais	2013	2012	VAR 13/12 %
Gastos com pessoal	1 729	1 729	0,0
FSE	1 463	2 239	-34,7
Impostos e taxas	54	43	25,6
Amortizações do exercício	2 602	2 188	18,9
Comissões	285	278	2,5
<b>Total</b>	<b>6 133</b>	<b>6 477</b>	<b>-5,3</b>

## 2.4.6 / Investimentos

O comportamento dos mercados financeiros durante o ano de 2013, ficou marcado por um ambiente de maior propensão ao risco e de diminuição da volatilidade. As políticas monetárias generalizadamente expansionistas tiveram um contributo decisivo na performance dos mercados, principalmente nos ativos de maior risco.

O Banco Central Europeu reduziu a sua taxa de referência para um mínimo histórico de 0,25%, enquanto os Bancos de Inglaterra e do Japão mantiveram os seus programas de compra de ativos. Por outro lado, nos EUA, a melhoria dos indicadores económicos levou a Reserva Federal a iniciar a redução do seu programa de compra de obrigações (*tapering*), tal como tinha assinalado previamente em meados do ano.

Estas condições favoráveis, combinadas com a recuperação económica verificada ao longo do ano, permitiu que os principais índices acionistas norte-americanos atingissem máximos históricos. As *yields* dos *Treasuries* subiram, em 2013, de 1,76% para ligeiramente acima de 3%, movimento justificado em grande medida pelo *tapering* do FED.

Na zona euro, os índices acionistas também apresentaram valorizações significativas e os prémios de risco da dívida pública dos países da periferia contraíram-se significativamente. Irlanda e Espanha concluíram com sucesso os seus respetivos programas de ajuda financeira, contribuindo decisivamente para o fim da crise da dívida soberana. A perspetiva de uma liquidez menos acessível penalizou, em geral, os mercados emergentes.

Em Portugal, a melhoria dos indicadores de atividade ao longo de 2013, traduziram-se numa recuperação da atividade económica a partir do 2º trimestre do ano. Este desempenho resultou principalmente do dinamismo das exportações e da estabilização da procura interna, apesar do processo de consolidação orçamental ainda em curso. A evolução económica mais positiva a par com uma maior propensão a ativos de risco nos mercados financeiros, levaram à redução em 2013 dos prémios de risco associados à dívida soberana portuguesa. Portugal conseguiu regressar aos mercados de emissão de dívida e a *yield* das OT's a 10 anos fechou o ano em 6,13%, face aos perto de 7% verificados no final de 2012.

A T-Vida mantendo uma posição de balanço predominantemente defensiva e diversificada, executou uma política de investimentos tática, ao longo do ano, o que permitiu obter um nível de retorno, significativamente, superior ao inicialmente estabelecido.

Tendo por base o registo macroeconómico a política de investimentos privilegiou a exposição a dívida de taxa fixa, soberana e *corporate*, com especial incidência em emitentes portugueses, através de emissões que ofereciam uma boa relação entre o risco e rentabilidade.

Em traços gerais e em termos cronológicos existem três períodos distintos na execução da política de investimentos sob o mercado obrigacionista.

O primeiro período decorreu até à primeira data relevante, 22 de maio. Até aqui, ainda sob a influência da promessa de Mario Draghi de “fazer

tudo o que for necessário, para preservar o euro”, o apetite pelo risco dos investidores fez descer as taxas no mercado. Neste período, a empresa teve uma forte apetência por obrigações de risco abaixo de *investment grade*, quer no mercado secundário, quer no mercado primário beneficiando do prémio adicional. De forma crescente e controlada, aumentou-se a duração média da carteira, que nunca chegou a ultrapassar os 4 anos. A exposição a dívida pública portuguesa aumentou até o final de março, reduzindo-se fortemente em meados de abril com o chumbo do Tribunal Constitucional do Orçamento do Estado de 2013 e a crise financeira no Chipre. Portanto, forte atividade com rotatividade das posições com intuito de garantir a realização de ganhos já atingidos potencialmente. Na expectativa da continuação de baixos juros nas taxas interbancárias, alienou-se parte da carteira de obrigações de taxa variável, reinvestindo-se a liquidez gerada em obrigações de taxa fixa com *yields* que compensassem, no ano, as perdas obtidas.

A 22 de maio ocorreu o pré-anúncio da redução dos estímulos monetários mensais da Reserva Federal. Esta mudança da política monetária, foi considerada o fator estrutural mais importante e gerou uma reação mundial global que se estendeu pelo verão. Perante a possibilidade de antecipação da redução de estímulos económicos, assistiu-se a um movimento de aversão a ativos de risco nos mercados financeiros. Neste período a empresa reduziu tenuemente a sua carteira de obrigações de taxa fixa, sobretudo as emissões de maior duração e de maior risco e adotou uma postura tática e cautelosa.

A segunda data relevante, início do terceiro período, situa-se a 21 de julho com o culminar da crise política em Portugal. O ano de 2013, foi um ano bipolar para os títulos de dívida portuguesa, com oscilações acentuadas para ambos os lados mas com um final promissor. No pico da turbulência a *yield* das OT a 10 anos chegou a tocar nos 7,52%, a mais alta do ano. Por esta altura, verificava-se o desanuviar das tensões financeiras na Zona Euro. Nesta fase, a empresa voltou a investir fortemente em emissões de taxa fixa com maturidade longa, estratégia que permitiu a captação de prémios de risco mais atrativos. No final de setembro, atingiu-se o pico de exposição na dívida pública portuguesa (128 927 milhares de euros, correspondente a 35% do total da carteira de investimentos), período a partir do qual se registaria a queda continua das *yields* associadas.

No final do ano a exposição a Obrigações do Tesouro era inferior à do início do ano, apenas, permanecendo em balanço posições em HTM. Em contrapartida, a exposição a *corporates* portuguesas tinha progredido substancialmente. Registava-se uma forte redução da exposição a emissores *financials*, sob o total da carteira de obrigações, passando-se de 46% registados no início do ano, para cerca de 22% no final do ano. A carteira de obrigações registou uma rotação (volume transações ponderada pela carteira média) de cerca de 5,1 vezes, consequência da forte atividade de investimento e desinvestimento.

Em consideração às outras classes de ativos, nomeadamente, obrigações de taxa variável registou-se uma redução de 44,5% (-27 121 milhares de euros). Em todos os períodos foram mantidos níveis robustos de liquidez, quer através de depósitos a prazo quer através de outros ativos de maturidade curta ou de liquidificação rápida, como os fundos de investimento de tesouraria. Terminou-se o ano com cerca de 77 520 milhares de euros em situação de depósitos, dispersa pelas principais instituições bancárias portuguesas. A exposição a *equity*, quase sempre de forma indireta (ETF's ou fundos de investimento), nunca teve grande volume em termos de balanço, relevada quase sempre a um patamar de alternativo, sendo o principal risco o mercado americano.

Não foi realizada qualquer operação envolvendo *hedge funds* ou produtos de características semelhantes. Os derivados utilizados serviram única e exclusivamente para cobertura cambial.

No Imobiliário, à exceção do investimento via fundos de investimento, não existe nenhuma posição direta.

(milhares de euros)

Ativos sob Gestão <sup>(1)</sup>	2013	2012	VAR 13/12 %
<b>Obrigações</b>	<b>245 091</b>	<b>295 471</b>	<b>-17,1%</b>
Taxa fixa	211 294	234 553	-9,9%
Taxa variável	33 797	60 918	-44,5%
<b>Ações e Fundos de Investimento</b>	<b>59 388</b>	<b>17 594</b>	<b>237,5%</b>
Ações	0	999	-100,0%
Fundos de investimento	59 388	16 595	257,9%
<b>Liquidez</b>	<b>77 535</b>	<b>68 200</b>	<b>13,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>0</b>	<b>34</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Unit links <sup>(2)</sup></b>	<b>283 395</b>	<b>284 453</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Total</b>	<b>665 409</b>	<b>665 752</b>	<b>-0,1%</b>
<b>TOTAL s/ Unit Link</b>	<b>382 014</b>	<b>381 299</b>	<b>0,2%</b>
Operações de reporte	0	35 787	-100,0%
Ativos a deter até à maturidade	70 564	79 224	-10,9%

(1) Valores apurados numa ótica de gestão.

(2) Essencialmente em fundos de investimento

A carteira de total de investimentos, apresenta no final do ano um valor de 665 409 milhares de euros (-0,1%), sensivelmente o mesmo valor que o ano transato. O mesmo se passa com a carteira de ativos (+0,2%) sem *Unit Links*.

Durante o ano, a empresa procedeu à eliminação das operações de reporte e registou uma diminuição de investimentos a deter até à maturidade em cerca de -10,9% (-8 660 milhares de euros).

(milhares de euros)

Resultado Financeiro <sup>(1)</sup>	2013	2012	VAR 13/12 %
Rendimentos	12 530	14 728	-14,9%
Ganhos e perdas	5 115	2 950	73,4%
Imparidades/ Reversão	-813	0	-
Ganhos/Perdas <i>unit links</i>	978	-23 012	-104,2%
<b>Total</b>	<b>17 810</b>	<b>-5 334</b>	<b>-433,9%</b>
<b>TOTAL s/ Unit Link</b>	<b>16 832</b>	<b>17 678</b>	<b>-4,8%</b>

(1) Valores apurados numa ótica de gestão. Inclui custos e proveitos com operações de reporte financeiro, valorização de passivos financeiros e desconhecimento de passivos contingentes

Analisando os resultados financeiros, o ano de 2013, apresenta um crescimento homólogo de +23 144 milhares de euros (+433,9%), sendo esta evolução observada particularmente na rubrica de Ganhos e Perdas de *Unit Links*.

Ao nível dos ganhos e perdas registou-se uma variação homóloga de +2 165 milhares de euros (+73,4%), consequência do *trade* efetuado na componente de obrigações de taxa fixa e relevo também para a diminuição dos rendimentos (-14,9%), por via redução das taxas de remuneração de liquidez. Foram registadas imparidades no valor -813 milhares de euros, facto inexistente em 2012.

A rentabilidade dos ativos médios (excluindo o efeito dos *Unit Links*) sobre o resultado financeiro situou-se nos 4,5% (2012: +4,6%). Se adicionarmos, a variação registada na Reserva de Justo Valor, a rentabilidade é de 5,2% (2012: 9,4%). Em 2013, a diminuição das perdas potenciais foi de 2 370 milhares de euros.

## 2.4.7 / Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2013 o capital próprio aumenta para 67 581 milhares de euros, mais 2 407 milhares de euros relativamente ao ano anterior. Esta variação é na sua globalidade explicado pelo aumento das reservas de justo valor em 2 671 milhares de euros, que se situava no final do ano em -4 815 milhares de euros.

O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2013, considerando a distribuição de dividendos do ano, situou-se em 149% (+9 709 milhares de euros), que compara com 136% (+6 648 milhares de euros) registado em 2012. Para esta variação favorável contribuiu o aumento dos elementos constitutivos da margem de solvência, em cerca de 4 644 milhares de euros (dos quais 1 987 milhares de euros resultam da diminuição de diminuição do valor líquido de Imobilizações incorpóreas).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2013	2012	VAR 13/12 %
Capital social	65 000	65 000	-
Outros instrumentos de capital	0	0	-
Reservas de reavaliação	-4 815	-7 486	35,7
Outras reservas	2 996	3 053	-1,9
Resultados transitados	104	77	35,1
Resultado líquido	4 296	4 530	-5,2
<b>Total</b>	<b>67 581</b>	<b>65 174</b>	<b>3,7</b>

## 2.4.8 / Gestão de Risco, Sistema de Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2013, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Durante o ano de 2013, tomou-se conhecimento que o novo regime Solvência II irá entrar em vigor a partir de janeiro de 2016, estando previsto, durante o período de 2014 e 2015, a transposição de Diretivas que alteram a Diretiva inicial 2009/138/CE. Entretanto, foram publicadas pelo EIOPA, um conjunto de orientações relativas à fase de preparação do Solvência II. Estas orientações compreendem: Pré-pedido de modelos internos; Sistema de governo; Autoavaliação prospetiva dos riscos; Submissão de informação às autoridades de supervisão.

O Grupo Tranquilidade, em que a T-Vida se insere, após analisar as referidas orientações, definirá um plano de ação que permita o cumprimento e uma transição mais gradual para o novo regime.

No decurso do ano de 2013, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:

- Participação ativa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Participação no estudo de impacto quantitativo *Long term guarantees assessment* (LTGA);
- Maior sistematização nos procedimentos e cálculos do Modelo Standard;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II;
- Monitorização dos eventos comunicados à Companhia através de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas, desenvolvimento de procedimentos, desenvolvimentos aplicativos e emissão de relatórios periódicos, como mecanismos adicionais de controlo do risco operacional relacionado com a fraude;
- Preparação de procedimentos para o novo regime FATCA (*Foreign Account Tax Compliance Act*).

Em matéria de Solvência II foi ainda efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do Programa de Solvência II (*Roadmap*) previamente definido.

## 2.5. / Proposta de Aplicação de Resultados

Os Resultados do Exercício atingiram 4 296 044,58 euros, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do Resultado do Exercício no montante de 429 604,46 euros para Reserva Legal;
- b) Pagamento de dividendos no montante de 3 800 000,00 euros;
- c) O remanescente para Resultados Transitados.

O rácio de solvência, após a aplicação de resultados atrás proposta, mantém-se acima dos níveis mínimos regulamentares exigidos.

## 2.6 / Objetivos para 2014

O ano de 2014 será um ano para acelerar e aprofundar a estratégia definida em 2011. Assim, as linhas de negócio estratégicas serão, no Vida Risco:

- Individual;
- Previdência;
- Proteção ao Crédito Habitação;
- Empresas - Proteção dos “Homens-chave” nas PMEs;
- Empresas - Proteção dos profissionais deslocados profissionalmente no exterior (empresas exportadoras).

Salienta-se que nos Particulares, o novo processo de seleção do risco (com as Tele-entrevistas), permite uma aceleração do processo de venda, maior qualidade no apuramento do risco e uma tarifação própria para cada proponente. Este processo de seleção será progressivamente generalizado, tendo em conta a sua excelente aceitação por parte dos Distribuidores e Clientes.

Haverá também continuidade na inovação por nichos de mercado, assim como um estudo em profundidade da viabilidade de uma oferta para Dependência.

De notar que se pretende manter a qualidade de serviço percebida pelos Clientes Empresas e seus Corretores, o que permite uma taxa de renovação muito elevada.

Nos produtos de Poupança a médio ou longo prazo, e num âmbito de redução dos juros para a dívida soberana, aumento nas taxas de curto e médio prazo nas outras geografias e o enquadramento Solvência II, deverá levar a uma reformulação da oferta da Poupança para novos contratos. Mais do que nunca, as seguradoras têm um papel chave no desenvolvimento deste tema.

A base de atuação da T-Vida continuará inserida numa lógica de fidelização dos Clientes e de complementaridade à proposta de valor para os Agentes e Corretores da Tranquilidade, assente nos seguintes pilares:

1. O alargamento seletivo da base de Agentes distribuidores de produtos Tradicionais, Vida Risco e Poupança de médio longo prazo. O *coaching* da rede de Agentes para reforço das suas competências ao nível do aconselhamento de Soluções de Proteção e Segurança, assim como a disponibilização de ofertas inovadoras que dão resposta às necessidades das sociedades modernas, serão as alavancas fundamentais para atingir o crescimento perspetivado.

2. A otimização do modelo de distribuição *assurfinance* aproveitando a experiência adquirida por esta rede na área do aconselhamento global aos seus clientes e a proximidade de relação com a rede bancária do Banco Espírito Santo.

3. O reforço da presença da T-Vida no Segmento Empresas, Grandes e Médias numa lógica de “*Fringe Benefits*” ou de “*Employee Benefits*”, com soluções ajustadas, às empresas e em particular às que atuam em diversas áreas geográficas ou com projeção internacional.

4. A abordagem ao segmento Negócios numa lógica de oferta integrada, Vida e Não Vida, continuará a ser desenvolvida e potenciada.

Os objetivos estabelecidos para 2014 estão de acordo com as expectativas de crescimento do setor e da economia.

## 2.7 / Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Acionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Companhia T-Vida.

Registamos igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 25 de fevereiro de 2014

### O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto  
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente  
(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



VIDA

## 03. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanco (Ativo) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	7 529		7 529	5 856
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Ativos financeiros detidos para negociação	6				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	277 687		277 687	281 305
Derivados de cobertura	6				
Ativos disponíveis para venda	6	232 451	813	231 638	228 468
<b>Empréstimos e contas a receber</b>		<b>81 723</b>		<b>81 723</b>	<b>132 424</b>
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	81 723		81 723	112 631
Empréstimos concedidos	6				34
Contas a receber					
Outros	6				19 759
Investimentos a deter até à maturidade	6	70 564		70 564	79 224
<b>Terrenos e Edifícios</b>					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros ativos tangíveis					
Inventários					
Goodwill					
Outros ativos intangíveis	12	51 594	17 345	34 249	36 236
<b>Provisões Técnicas de Resseguro Cedido</b>		<b>1 640</b>		<b>1 640</b>	<b>1 499</b>
Provisão para prémios não adquiridos					
Provisão matemática do ramo vida	4	506		506	505
Provisão para sinistros	4	222		222	252
Provisão para participação nos resultados	4	912		912	742
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23				84
<b>Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações</b>		<b>3 884</b>	<b>78</b>	<b>3 806</b>	<b>3 493</b>
Contas a receber por operações de seguro direto	13	1 478	78	1 400	1 735
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	9		9	66
Contas a receber por outras operações	13	2 397		2 397	1 692
<b>Ativos por Impostos</b>		<b>1 086</b>		<b>1 086</b>	<b>1 529</b>
Ativos por impostos correntes	24	970		970	44
Ativos por impostos diferidos	24	116		116	1 485
Acréscimos e diferimentos	13	2 937		2 937	2 065
Outros elementos do ativo	13	139 714		139 714	93 730
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Total Ativo</b>		<b>870 809</b>	<b>18 236</b>	<b>852 573</b>	<b>865 913</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL  
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

## Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de dezembro de 2013 e 2012

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012
<b>Passivo</b>			
<b>Provisões Técnicas</b>		<b>305 478</b>	<b>296 770</b>
Provisão para prémios não adquiridos	4	1 509	1 511
Provisão matemática do ramo vida	4	290 678	285 039
<b>Provisão para Sinistros</b>			
De vida	4	10 625	7 778
Provisão para participação nos resultados	4	2 666	2 442
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	471 789	439 748
<b>Outros Passivos Financeiros</b>		<b>291</b>	<b>56 103</b>
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	291	56 103
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	147	
<b>Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações</b>		<b>3 748</b>	<b>1 929</b>
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	2 240	1 321
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	444	287
Contas a pagar por outras operações	13	1 064	321
<b>Passivos por Impostos</b>		<b>338</b>	<b>2 541</b>
Passivos por impostos correntes	24	338	2 541
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	3 201	3 647
Outras provisões	13		1
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
<b>Total Passivo</b>		<b>784 992</b>	<b>800 739</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	25	65 000	65 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25		
<b>Reservas de Reavaliação</b>		<b>-4 815</b>	<b>-7 486</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	-4 851	-7 754
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	26	36	268
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos e correntes	26	894	1 169
Outras reservas	26	2 102	1 884
Resultados transitados	35	104	77
Resultado do exercício		4 296	4 530
<b>Total Capital Próprio</b>		<b>67 581</b>	<b>65 174</b>
<b>Total Passivo e Capital Próprio</b>		<b>852 573</b>	<b>865 913</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRETOR DE CONTABILIDADE  
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO  
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O DIRETOR GERAL  
Emmanuel Hervé Pascal Joel Lesueur

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio-Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente



## Ganhos e Perdas de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
<b>Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro</b>		<b>48 554</b>		<b>48 554</b>	<b>31 341</b>
Prémios brutos emitidos	14	50 593		50 593	33 744
Prémios de resseguro cedido	14	-2 041		-2 041	-2 359
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	2		2	-44
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)					
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	956		956	1 384
<b>Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro</b>	<b>4</b>	<b>56 512</b>		<b>56 512</b>	<b>60 330</b>
Montantes pagos		53 721		53 721	58 801
Montantes brutos		53 993		53 993	59 274
Parte dos resseguradores		-272		-272	-473
Provisão para sinistros (variação)		2 791		2 791	1 529
Montante bruto		2 761		2 761	1 626
Parte dos resseguradores		30		30	-97
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4				
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro</b>	<b>4</b>	<b>-7 974</b>		<b>-7 974</b>	<b>-28 654</b>
Montante bruto		-7 973		-7 973	-28 735
Parte dos resseguradores		-1		-1	81
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	2 182		2 182	2 135
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>	<b>21</b>	<b>8 342</b>		<b>8 342</b>	<b>8 483</b>
Custos de aquisição		6 034		6 034	6 285
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	15		15	20
Gastos administrativos		3 357		3 357	3 029
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 064		-1 064	-851
<b>Rendimentos</b>	<b>16</b>	<b>12 726</b>	<b>329</b>	<b>13 055</b>	<b>15 671</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		12 501	329	12 830	15 218
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		225		225	453
<b>Gastos Financeiros</b>	<b>16</b>	<b>718</b>	<b>7</b>	<b>725</b>	<b>1 184</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		718	7	725	1 184
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas</b>	<b>17</b>	<b>2 869</b>	<b>188</b>	<b>3 057</b>	<b>-194</b>
De ativos disponíveis para venda		4 057	188	4 245	2 258
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5	-1 420		-1 420	-2 712
De outros	17	232		232	260
<b>Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas</b>		<b>993</b>		<b>993</b>	<b>1 704</b>
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	993		993	1 704
Diferenças de câmbio	19	228		228	66
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
<b>Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)</b>		<b>813</b>	<b>-67</b>	<b>746</b>	<b>94</b>
De ativos disponíveis para venda	6	813		813	
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		-67	-67	94
Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-13		-13	115
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/ gastos	20		416	416	292
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
<b>Resultado Líquido Antes de Impostos</b>		<b>5 720</b>	<b>993</b>	<b>6 713</b>	<b>6 807</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-2 417	-2 417	-989
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24				-1 288
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>5 720</b>	<b>-1 424</b>	<b>4 296</b>	<b>4 530</b>
Resultado por ação (em euros)	27			0,07	0,07

04

DEMONSTRAÇÃO  
DO RENDIMENTO INTEGRAL



VIDA

## 04. DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

### Demonstração do Rendimento Integral de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Itens que Poderão Vir a Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>	<b>2 396</b>	<b>12 924</b>
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda, filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 671	18 288
Variação dos impostos correntes e diferidos	-275	-5 364
<b>Itens que Não Irão Ser Reclassificados para a Demonstração de Resultados</b>	<b>-235</b>	<b>25</b>
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	-235	25
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
<b>Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos</b>	<b>2 161</b>	<b>12 949</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>4 296</b>	<b>4 530</b>
<b>Total do Rendimento Integral do Exercício</b>	<b>6 457</b>	<b>17 479</b>

05

MAPA DE VARIÇÃO  
DE CAPITAIS PRÓPRIOS



VIDA

## 05. MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

### Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
			Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	De Instrumentos de Cobertura em Coberturas de Fluxos de Caixa		Reserva Legal	Outras Reservas			
<b>Balço a 1 de Janeiro 2012</b>	65 000	12 500	-26 302	528	6 533	1 582	-25	66	3 013	62 895
Devolução de prestações suplementares		-12 500								-12 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			18 548							18 548
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				-260						-260
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					-5 364					-5 364
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							25			25
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						302		-302		0
Distribuição de lucros								-2 700		-2 700
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								3 013	-3 013	0
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>0</b>	<b>-12 500</b>	<b>18 548</b>	<b>-260</b>	<b>-5 364</b>	<b>302</b>	<b>25</b>	<b>11</b>	<b>-3 013</b>	<b>-2 251</b>
Resultado líquido do período									4 530	4 530
<b>Balço a 31 de Dezembro 2012</b>	<b>65 000</b>	<b>0</b>	<b>-7 754</b>	<b>268</b>	<b>1 169</b>	<b>1 884</b>	<b>0</b>	<b>77</b>	<b>4 530</b>	<b>65 174</b>
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			2 903							2 903
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa				-232						-232
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes					-275					-275
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas							-235			-235
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						453		-453		0
Distribuição de lucros								-4 050		-4 050
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								4 530	-4 530	0
<b>Total das Variações do Capital Próprio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 903</b>	<b>-232</b>	<b>-275</b>	<b>453</b>	<b>-235</b>	<b>27</b>	<b>-4 530</b>	<b>-1 889</b>
Resultado líquido do período									4 296	4 296
<b>Balço a 31 de Dezembro 2013</b>	<b>65 000</b>	<b>0</b>	<b>-4 851</b>	<b>36</b>	<b>894</b>	<b>2 337</b>	<b>-235</b>	<b>104</b>	<b>4 296</b>	<b>67 581</b>

06

DEMONSTRAÇÃO  
DE FLUXOS DE CAIXA



VIDA

## 06. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

### Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais</b>	<b>-85 512</b>	<b>-74 517</b>
Resultado líquido do exercício	4 296	4 530
Depreciações e amortizações do exercício	2 602	2 188
Varição das provisões técnicas de seguro direto	8 708	-26 327
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	-141	-80
Varição de outras provisões	-1	-175
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-313	-1 049
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-1 760	7 597
Varição de outros ativos e passivos	-100 722	-60 883
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	1 819	-318
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento</b>	<b>91 235</b>	<b>89 985</b>
Varição de investimentos	77 841	75 470
Juros	14 009	15 036
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-615	-521
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento</b>	<b>-4 050</b>	<b>-15 200</b>
Distribuição de dividendos	-4 050	-2 700
Subscrição de capital/ Prestações acessórias	-	-12 500
<b>Varição Líquida em Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem</b>	<b>1 673</b>	<b>268</b>
Caixa e equivalentes no início do período	5 856	5 588
Caixa e equivalentes no fim do período	7 529	5 856

07

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



VIDA



## 07. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 e de 2012

#### Nota 1 / Informações Gerais

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de julho de 2006 tendo como objetivo desenvolver autonomamente a atividade do ramo vida, com início em 1 de agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

Em 1 de agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A..

A Companhia tem sede social na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 507684486 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. A Companhia prossegue o exercício da atividade de seguros Vida sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), mediante a autorização n.º 1165.

As Notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

#### Nota 2 / Informação por Segmentos

A T-Vida explora o ramo de seguros vida, para o qual foi autorizada pelo ISP e, apesar de dispor de uma gama variada de produtos, a sua estratégia assenta essencialmente na oferta de Soluções de Proteção e Reforma para os segmentos de clientes Particulares e Empresas.

A sua política e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio. De salientar o bom desempenho apresentado pelos seguros de vida risco, (+6%), num contexto de forte retração do mercado de crédito, o que consolida a estratégia da T-Vida em orientar-se para soluções de Proteção/Previdência.

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, do segmento de negócio, é como segue:

(milhares de euros)

2013	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	50 593	27 243	23 350	-
Comissões de contratos de investimento	956	-	-	956
Prémios brutos adquiridos	50 595	27 245	23 350	-
Resultado dos investimentos	15 285	3 309	12 403	-426
Custos com sinistros brutos	56 754	16 074	40 680	-
Variação da provisão matemática	-7 973	2 994	-10 967	-
Participação nos resultados	2 182	1 271	911	-
Custos de exploração brutos	9 406	4 213	2 274	2 918
Saldo de resseguro	-734	-734	-	-
Resultado técnico	5 720	5 254	2 854	-2 389
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	783 846	96 032	250 425	437 389
Provisões técnicas	305 478	91 017	214 461	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	471 789	-	-	471 789

(milhares de euros)

2012	Total Vida	Tradicionais	Capitalização com Participação nos Resultados	Capitalização sem Participação nos Resultados
<b>Rubricas de Ganhos e Perdas</b>				
Prémios brutos emitidos	33 744	20 819	12 925	-
Comissões de contratos de investimento	1 384	-	-	1 384
Prémios brutos adquiridos	33 700	20 775	12 925	-
Resultado dos investimentos	15 646	5 957	8 861	828
Custos com sinistros brutos	60 900	16 092	44 808	-
Variação da provisão matemática	-28 735	-3 773	-24 962	-
Participação nos resultados	2 135	1 265	870	-
Custos de exploração brutos	9 334	4 603	2 364	2 367
Saldo de resseguro	-1 019	-1 019	-	-
Resultado técnico	6 192	7 641	-1 294	-155
<b>Rubricas de Balanço</b>				
Ativos afetos à representação das provisões técnicas e passivos financeiros de contratos de investimento	736 563	129 226	272 013	335 324
Provisões técnicas	296 770	88 971	207 799	-
Passivos financeiros de contratos de investimento	439 748	-	-	439 748

## Nota 3 / Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

### Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da T-Vida agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adotados na União Europeia, exceto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2013, a T-Vida adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a T-Vida ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

## Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adotados

### Ativos financeiros

#### Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
  - Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
  - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
    - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
    - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
    - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
  - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
  - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
  - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros detidos até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

#### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

#### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

#### Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

#### Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

#### Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## Contabilidade de cobertura

### Crítérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

### Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras a Companhia não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de justo valor.

### Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte não efetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

## Ativos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

## Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

## Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Ativos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

## Locações

A Companhia classifica as operações de locação existentes como locações operacionais, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – *Locações*, dado que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos não são transferidos para o locatário.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

## Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a T-Vida cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro cedido.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

## Benefícios aos empregados

### Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT)".

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

#### **Plano de contribuição definida**

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem um plano de contribuição definida contributivo para os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os trabalhadores que observem as condições definidas no novo Contrato Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

#### **Prémio de permanência**

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### **Bónus**

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

#### **Responsabilidade por férias e subsídio de férias**

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

### **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em

resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

### **Reconhecimento de juros**

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

### **Dividendos recebidos**

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

## Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

## Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prêmios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

## Reporte por segmentos operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

## Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

## Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

## Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros

factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão matemática de contratos vida, (ii) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respetivas e (iv) provisão para estabilização de carteira e (v) provisão para prémios não adquiridos.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados por ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros fatores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante

em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

### Nota 4 / Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e de Investimento

#### Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro e Investimento

#### Políticas contabilísticas adotadas relativamente a contratos de seguro e investimento

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pela Companhia que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.



Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

#### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### Prémios

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

#### Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

#### Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

#### Provisão matemática

As provisões matemáticas têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo do ISP, como segue:

(milhares de euros)

2013	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos poupança reforma e produtos capitalização <sup>(*)</sup>		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004 <sup>(**)</sup>	GKM 80	2% e 2,75%
Seguros em caso de vida <sup>(*)</sup>		
Rendas – Até junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3% e 2,25%
Outros seguros em caso de vida	TV 73/77	4%
Seguros em caso de morte <sup>(*)</sup>		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010 (55%H + 45%M)	0%
Seguros mistos <sup>(*)</sup>		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(\*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(\*\*) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2013.

As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respetivo efeito é abatido às mesmas.

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

#### Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. A provisão para sinistros não é descontada.

### Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

### Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

### Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto e em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

As metodologias que suportam o cálculo das provisões, não sofreram qualquer alteração relativamente aos métodos e pressupostos do ano anterior.

### Variações de provisões técnicas de seguro direto e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual refletida na conta de ganhos e perdas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Tradicionais	1 509	1 511	2	-44
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 509</b>	<b>1 511</b>	<b>2</b>	<b>-44</b>

A provisão para sinistros de seguro direto refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Tradicionais	4 151	3 445	706	783
Capitalização com participação nos resultados	6 474	4 333	2 055	843
<b>Total</b>	<b>10 625</b>	<b>7 778</b>	<b>2 761</b>	<b>1 626</b>

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 342 milhares de euros (2012: 139 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2013 e ainda não reportados (IBNR).

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, para produtos exclusivamente de risco, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2012 (1)	Sinistros* Pagos em 2013 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2013 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Vida	3 445	2 220	2 146	921

\* Sinistros ocorridos no ano 2012 e anteriores

Os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação às responsabilidades efetivas da Companhia.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Tradicionais	222	252	30	-97
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>252</b>	<b>30</b>	<b>-97</b>

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2013 e 2012:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>2 442</b>	<b>2 236</b>
Variação participação atribuída	2 182	2 135
Pagamentos	-1 451	-1,397
Incorporação em provisão matemática	-507	-532
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>2 666</b>	<b>2 442</b>

O cálculo da provisão para participação nos resultados é efetuado apólice a apólice.

Relativamente aos produtos financeiros, o seu valor foi verificado em função do juro técnico de cada produto. No caso dos produtos de risco de apólices de grupo, os valores são calculados de acordo com a Conta de Participação nos Resultados definida em cada apólice.

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo apresentou a seguinte evolução em 2013 e 2012:

(milhares de euros)		
	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>742</b>	<b>678</b>
Varição participação atribuída	1 047	833
Recebimentos	-877	-769
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>912</b>	<b>742</b>

A provisão matemática refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas, em 2013 e 2012, é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>285 039</b>	<b>313 242</b>
Varição do ano	-7 973	-28 735
Incorporação de participação nos resultados	507	532
Outros movimentos	13 105	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>290 678</b>	<b>285 039</b>

O valor de outros movimentos em 2013 refere-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão nos resultados discricionária.

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2013	2012	2013	2012
Tradicional	506	505	-1	81
Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>506</b>	<b>505</b>	<b>-1</b>	<b>81</b>

## Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo vida, o risco pode ser subdividido em:

- Risco de Mortalidade: risco de perdas provocadas pelo aumento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Longevidade: risco de perdas provocadas pela diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- Risco de Descontinuidade: risco de perdas provocadas pelo aumento/ diminuição (consoante seja o mais oneroso) das anulações face ao esperado;

- Risco de Despesas: risco de perdas pelo aumento das despesas face ao previsto;
- Risco de Invalidez: risco de perdas por aumento da taxa de invalidez real face à estimada;
- Risco Catastrófico: risco de perdas por ocorrência de um evento catastrófico que afete os contratos dos seguros de Vida.

Para o efeito, importa salientar que os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

A T-Vida pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais.

O programa de resseguro em 2013 é constituído pelos tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Excedente
Vida Grupo	Excedente
Vida Crédito Individual	Excedente
Vida VTCC2.0	Excedente
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)
Vida Proteção de Cúmulos	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Quota parte
Saúde	Quota parte
Vida (proteção aos prémios)	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, foi realizada para os riscos de Mortalidade e de Despesas, com as perdas esperadas pela aplicação de cenários de choque a serem descritas em seguida:

(milhares de euros)				
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos		
		2013	2012	
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-615	-938	
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados	-3 096	-2 711	

## Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

### Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adotadas pela T-Vida, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Para este efeito, acresce ainda referir que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é definida pelo Comité Financeiro, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Em 2013 não existem ativos/passivos sujeitos a este risco.

### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2013	2012
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-1 069	-1 759

### Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A exposição a este risco provém apenas de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2013	2012
Imóveis (FII)	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-4 870	-

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

De seguida apresentam-se os valores das análises de sensibilidade a este risco:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2013	2012
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	6 655	7 535
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos ativos	-6 082	-6 996

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2013	2012
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	-999
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-	928

### Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*, existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

(milhares de euros)

Rating	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
AAA	7%	16 142	10%	29 623
AA	4%	10 204	4%	12 384
A	5%	11 385	13%	40 026
BBB	18%	43 359	11%	31 914
BB	61%	150 544	56%	168 460
B	2%	4 155	5%	14 642
CCC	0%	-	0%	1 112
Unrated	3%	9 302	0%	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>245 091</b>	<b>100%</b>	<b>298 161</b>

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2013			2012		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	1%	2 137	-	2%	6 082	-
Comunicações	12%	29 833	-	5%	15 687	-
Bens consumíveis (cíclico)	2%	5 068	-	2%	5 303	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	1%	2 010	-	1%	3 551	-
Energia	3%	8 153	-	0%	999	-
Financeiro	21%	54 086	-	42%	134 793	-
Fundos	4%	11 174	-482	6%	19 630	-
Dívida Pública	37%	93 967	-331	34%	109 669	-
Industrial	4%	10 291	-	2%	6 703	-
Tecnologia	0%	-	-	1%	3 192	-
Serviços públicos/ coletivos	12%	30 968	-	2%	7 777	-
Outros	3%	8 909	-	2%	5 404	-
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>256 596</b>	<b>-813</b>	<b>100%</b>	<b>318 790</b>	<b>-</b>

Os valores englobam as rubricas de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Investimentos a deter até à maturidade. São excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos, *repos* e *reverse repos* por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

De forma a avaliar e mitigar esse risco e conforme se encontra estipulado na Política de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez, a Companhia efetua trimestralmente, para os doze meses seguintes, um plano de tesouraria numa base mensal, sendo o mesmo ajustado em função das necessidades existentes ou dos excedentes de capital verificados.

A análise de maturidade dos ativos financeiros e não financeiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)

2013	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	45 661	35 305	53 374	109 541	86 751	342 315	672 947
Passivos financeiros	1 043	2 905	91	-	-	471 789	475 828
<b>Líquido</b>	<b>44 618</b>	<b>32 400</b>	<b>53 283</b>	<b>109 541</b>	<b>86 751</b>	<b>-129 474</b>	<b>197 119</b>

(milhares de euros)

2012	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	26 455	55 904	87 768	188 014	70 536	302 093	730 770
Passivos financeiros	557	1 800	55 675	-	-	439 748	497 780
<b>Líquido</b>	<b>25 898</b>	<b>54 104</b>	<b>32 093</b>	<b>188 014</b>	<b>70 536</b>	<b>-137 655</b>	<b>232 990</b>

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na seleção dos resseguradores e dos emitentes de valores mobiliários são tidos em consideração os *ratings* e efetuada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

## Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação já existentes ou a desenvolver na T-Vida face aos riscos atrás identificados, destacamos as seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de Normativos Internos e Manuais de Procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os clientes.

Adicionalmente, também integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na T-Vida para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência/ formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, *outsourcing*, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a T-Vida se encontra sujeita;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;

- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a T-Vida apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

### Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de atividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de atividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e *compliance*.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adotada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objetivos, as principais atividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efetividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções da T-Vida (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respetivos controlos;
- Um segundo nível representado pela Direção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*;
- Um terceiro nível representado pela Direção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito do sistema de controlo interno, tendo como principal objetivo providenciar a garantia da efetividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras diretas ou indiretas.

O Sistema de Controlo Interno na T-Vida encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP nº 14/2005-R, de 29 de novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais atividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a T-Vida dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detetadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas corretivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

## Solvência

A T-Vida monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, do ISP e o cálculo da respetiva margem estimada apresenta os seguintes componentes:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia</b>	<b>29 532</b>	<b>24 888</b>
<b>Margem de Solvência a Constituir</b>	<b>19 823</b>	<b>18 240</b>
Seguros não ligados a fundos de investimento (excluindo seguros complementares)	18 864	17 283
Seguros e operações ligados a fundos de investimento	470	504
Seguros complementares (incluindo seguros complementares de seguros ligados a fundos de investimento)	489	453
Fundo de garantia mínimo legal	3 700	3 700
<b>Excesso/ Insuficiência da Margem de Solvência</b>	<b>9 709</b>	<b>6 648</b>
<b>Taxa de Cobertura da Margem de Solvência</b>	<b>149,0%</b>	<b>136,4%</b>

## Rácios de atividade

Os principais rácios de atividade, brutos de resseguro, são como segue:

(%)

	2013	2012
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	110,5%	180,3%
Benefícios pagos/ depósitos recebidos (IAS 39)	40,4%	42,8%
Custos de aquisição/ (prémios + depósitos recebidos)	5,4%	7,1%
Custos administrativos/ (prémios + depósitos recebidos)	3,0%	3,4%

## Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora,

decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa. Para cada produto novo são efetuadas análises de viabilidade futura.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos atuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

## Nota 5 / Passivos por Contratos de Investimento e Outros Passivos Financeiros

A análise dos movimentos ocorridos em passivos por contratos de investimento é como segue:

(milhares de euros)

	Financieros sem Participação nos Resultados	Unit Links	PPR Unit Links	OCA's Unit Link	Total
<b>Saldos a 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>63 973</b>	<b>7 441</b>	<b>50 315</b>	<b>302 962</b>	<b>424 691</b>
Passivos adicionais do período, líquidos de comissões	54 722	189	892	-	55 803
Montantes pagos	-12 663	-1 190	-9 731	-	-23 584
Juros técnicos	2 712	859	3 677	-24 410	-17 162
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>108 744</b>	<b>7 299</b>	<b>45 153</b>	<b>278 552</b>	<b>439 748</b>
Passivos adicionais do período, líquidos de comissões	60 415	171	520	-	61 106
Montantes pagos	-16 578	-336	-6 920	-	-23 834
Juros técnicos	5 992	454	1481	-53	7 874
Outros movimentos	-13 105	-	-	-	-13 105
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>145 468</b>	<b>7 588</b>	<b>40 234</b>	<b>278 499</b>	<b>471 789</b>

O valor de outros movimentos em 2013 refere-se a reclassificações de produtos que passaram a ter provisão nos resultados discricionária.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Valorizados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas</b>	<b>6 215</b>	<b>-6 424</b>	<b>-209</b>	<b>29 869</b>	<b>-5 381</b>	<b>24 488</b>
Capitalização	-	-	-	24 628	-300	24 328
PPR	6 215	-6 424	-209	5 241	-5 081	160
<b>Valorizados ao Custo Amortizado</b>	<b>4 033</b>	<b>-5 453</b>	<b>-1 420</b>	<b>-</b>	<b>-2 712</b>	<b>-2 712</b>
Capitalização	-	-	-	-1 181	-1 181	-1 181
PPR	4 033	-5 453	-1 420	-	-1 531	-1 531
<b>Total</b>	<b>10 248</b>	<b>-11 877</b>	<b>-1 629</b>	<b>29 869</b>	<b>-8 093</b>	<b>21 776</b>

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(%)

	2013	2012
Outros passivos financeiros		
Acordos de recompra - valores a pagar	-	55 546
Outros	291	557
<b>Valor de Balanço</b>	<b>291</b>	<b>56 103</b>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, o valor de Outros correspondem a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

## Nota 6 / Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Ativos financeiros disponíveis para venda	231 638	228 468
Depósitos a prazo	81 723	112 631
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	277 687	281 305
Ativos financeiros detidos até à maturidade	70 564	79 224
<b>Total Participações e Instrumentos Financeiros</b>	<b>661 612</b>	<b>701 628</b>

### Ativos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	777	865
De outros emissores	3 027	7 198
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	273 883	273,242
<b>Valor de Balanço</b>	<b>277 687</b>	<b>281 305</b>
Valor de aquisição	306 796	311 238

A Companhia possuiu nesta tipologia em 2013 e 2012, instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, como segue:

(milhares de euros)		
Tipo de Risco	2013	2012
Crédito estruturado	2 277	1 814
Derivado de crédito	-	3 560
<b>Total</b>	<b>2 277</b>	<b>5 374</b>

## Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	39 692	48 812
De outros emissores	132 558	162 062
Ações	-	999
Outros títulos de rendimento variável	59 388	16 595
<b>Valor de Balanço</b>	<b>231 638</b>	<b>228 468</b>

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Ativos disponíveis para venda, no valor de 21 188 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(milhares de euros)				
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	48 419	393	-	48 812
De outros emissores	166 391	-4 329	-	162 062
Ações	994	5	-	999
Outros títulos de rendimento variável	16 776	-181	-	16 595
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>232 580</b>	<b>-4 112</b>	<b>-</b>	<b>228 468</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	39 633	59	-	39 692
De outros emissores	135 586	-2 697	-331	132 558
Ações	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	59 630	240	-482	59 388
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>234 849</b>	<b>-2 398</b>	<b>-813</b>	<b>231 638</b>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>-</b>	<b>2 638</b>
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por venda de ativos	813	-2 638
Reversões do exercício	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>813</b>	<b>-</b>



As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	331	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	482	-
<b>Total</b>	<b>813</b>	<b>-</b>

### Investimentos a Deter até à Maturidade

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	53 943	59 992
De outros emissores	16 621	19 232
<b>Valor de Balanço</b>	<b>70 564</b>	<b>79 224</b>
Valor de balanço (sem juro decorrido)	69 347	77 792
Valor de aquisição	67 610	77 011
Valor de mercado	74 183	82 533

Estavam incluídos em 2012 investimentos vendidos com acordo de recompra e reavaliados de acordo com a política contabilística de Investimentos a deter até à maturidade, no valor de 37 538 milhares de euros.

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	59 992	-	59 992
De outros emissores	19 232	-	19 232
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>79 224</b>	<b>-</b>	<b>79 224</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			
De emissores públicos	53 943	-	53 943
De outros emissores	16 621	-	16 621
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>70 564</b>	<b>-</b>	<b>70 564</b>

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de 93 400 milhares de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte

(milhares de euros)										
	Na Data de Transferência									
	Valor de Aquisição	Valor de Balanço	Reserva de Justo Valor		Valor dos Cash Flows Futuros <sup>(a)</sup>	Taxa Efetiva <sup>(b)</sup>	Valor de Mercado com Juro Decorrido (final do exercício)		Reserva de Justo Valor Amortizada Acumulada (final do exercício)	
			Positiva	Negativa			2012	2013	2012	2013
De ativos financeiros disponíveis para venda	98 387	93 400	-	-6 096	119 639	7,0%	72 801	67 803	-2 455	-3 643

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

(milhares de euros)		
	2013	2012
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>		
Impacto no capital próprio		
- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	3 321	2 773
- Reserva por impostos diferidos	-963	-804
	<b>2 358</b>	<b>1 969</b>

## Derivados de Cobertura

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia detinha instrumentos financeiros de cobertura, que visavam a cobertura de fluxos de caixa. Para o efeito, celebrou contratos designados de *Swaps* de taxa de juro, i.e., contratos em que uma série de fluxos financeiros, numa dada moeda, determinados pela taxa de juro, são trocados durante um período predefinido.

No caso concreto, os contratos celebrados tiveram como propósito a troca de juro de taxa variável por juro de taxa fixa, com o objetivo de proteção face alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro, incutidas na formação da taxa de juro das obrigações de taxa variável, detidas pela Companhia.

Durante o exercício de 2010, a Companhia procedeu ao término dos referidos contratos de cobertura, mantendo em alguns casos, os ativos de taxa variável sobre os quais os riscos de fluxos de caixa estavam cobertos.

As quantias reconhecidas em 2013 e 2012 em Capital Próprio, com origem direta nos derivados de cobertura estabelecidos, foram os seguintes:

(milhares de euros)

	2013	2012
Ganhos e perdas	232	260
Reserva de reavaliação	-232	-260
<b>Total Reconhecido em Capital Próprio</b>	-	-
Valor Nocial	-	-

Os valores registados em Ganhos e Perdas foram contabilizados na rubrica de Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados - Outros.

Os valores registados na Reserva de Reavaliação, contabilizados na rubrica "Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa", totalizavam a 31 de dezembro de 2013 o valor de 36 milhares de euros e encontram-se a ser desreconhecidos prospetivamente, de acordo com os requisitos do IAS 39.

## Outros Ativos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos conforme segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Empréstimos concedidos	-	34
Acordos de venda - valores a receber	-	19 759
<b>Total de Outros Ativos Financeiros</b>	-	19 793

Em 2012 o montante de empréstimos concedidos refere-se a empréstimos sobre apólices.

## Justo Valor de Ativos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 529	7 529	5 856	5 856
Empréstimos e contas a receber	81 723	81 723	132 424	132 424
Investimentos a deter até à maturidade	74 183	70 564	82 533	79 224
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 806	3 806	3 493	3 493
<b>Ativos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>167 241</b>	<b>163 622</b>	<b>224 306</b>	<b>220 997</b>
Passivos financeiros de contratos de investimento	132 464	145 468	96 973	108 744
Outros passivos financeiros	291	291	56 103	56 103
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3 748	3 748	1 929	1 929
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>136 503</b>	<b>149 507</b>	<b>155 005</b>	<b>166 776</b>

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Todos os outros ativos e passivos, tendo em conta que são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço, com exceção dos Investimentos a deter até à maturidade em que o justo valor foi determinado com base em cotações de mercado.

## Metodologias de Valorização

O valor dos ativos e passivos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>228 642</b>	<b>328</b>	<b>2 668</b>	<b>231 638</b>
Títulos e unidades de participação	59 388	-	-	59 388
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	39 692	-	-	39 692
De outros emissores	129 562	328	2 668	132 558
Derivados	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas</b>	<b>277 687</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>277 687</b>
Títulos e unidades de participação	273 883	-	-	273 883
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	777	-	-	777
De outros emissores	3 027	-	-	3 027
Derivados	-	-	-	-
<b>Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)</b>	<b>74 183</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74 183</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	56 404	-	-	56 404
De outros emissores	17 779	-	-	17 779
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>580 512</b>	<b>328</b>	<b>2 668</b>	<b>583 508</b>
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	326 321	-	326 321
Derivados	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>326 321</b>	<b>-</b>	<b>326 321</b>

(milhares de euros)

	2012			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos Financeiros Disponíveis para Venda</b>	<b>209 583</b>	<b>18 885</b>	<b>-</b>	<b>228 468</b>
Títulos e unidades de participação	16 595	-	-	16 595
Ações e outros títulos de rendimento variável	999	-	-	999
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	48 812	-	-	48 812
De outros emissores	143 177	18 885	-	162 062
Derivados	-	-	-	-
<b>Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas</b>	<b>277 745</b>	<b>3 560</b>	<b>-</b>	<b>281 305</b>
Títulos e unidades de participação	273 242	-	-	273 242
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	865	-	-	865
De outros emissores	3 638	3 560	-	7 198
Derivados	-	-	-	-
<b>Investimentos a Deter até à Maturidade (A Valores de Mercado)</b>	<b>82 533</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82 533</b>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	62 006	-	-	62 006
De outros emissores	20 527	-	-	20 527
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>569 861</b>	<b>22 445</b>	<b>-</b>	<b>592 306</b>
Passivos produtos <i>unit linked</i>	-	331 004	-	331 004
Derivados	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>331 004</b>	<b>-</b>	<b>331 004</b>

Os níveis representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

## Exposição à Dívida Soberana

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2013					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	343	343	1	0,5%	1	1
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	777	777	-	3,3%	2	1
Investimentos a deter até à maturidade	46 898	48 910	-1 620	4,1%	3	1
<b>Total</b>	<b>48 018</b>	<b>50 030</b>	<b>-1 620</b>			

(milhares de euros)

Emitente/ Carteira	31 de Dezembro de 2012					
	Valor Balanço	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média (%)	Maturidade Média Anos	Nível de Valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	28 833	28 833	389	3,1%	2	1
Ativos financeiros disponíveis para venda	865	865	-	1,9%	1	1
Investimentos a deter até à maturidade	52 962	54 382	-	4,2%	4	1
	<b>82 660</b>	<b>84 079</b>	<b>389</b>			
<b>Irlanda</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	936	1 083	-	4,6%	3	1
	<b>936</b>	<b>1 083</b>	<b>-</b>			
<b>Total</b>	<b>83 596</b>	<b>83 596</b>	<b>389</b>			

## Nota 8 / Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Caixa	1	1
Depósitos em instituições de crédito	7 528	5 855
<b>Total</b>	<b>7 529</b>	<b>5 856</b>

## Nota 11 / Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os ativos afetos e não afetos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

(milhares de euros)

	2013				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	4 301	11	274	2 943	7 529
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2 278	-	275 409	-	277 687
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	203 831	6 992	1 879	18 936	231 638
Empréstimos concedidos e contas a receber	66 842	3 750	8 439	2 692	81 723
Investimentos a deter até à maturidade	68 829	-	507	1 228	70 564
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	140 128	43 304	183 432
<b>Total</b>	<b>346 081</b>	<b>10 753</b>	<b>426 636</b>	<b>69 103</b>	<b>852 573</b>

(milhares de euros)

	2012				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	634	5	332	4 885	5 856
Terrenos e edifícios	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	3 550	-	277 755	-	281 305
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	221 561	45	3 519	3 343	228 468
Empréstimos concedidos e contas a receber	116 866	-	8 943	6 615	132 424
Investimentos a deter até à maturidade	76 469	-	1 542	1 213	79 224
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	138 636	138 636
<b>Total</b>	<b>419 080</b>	<b>50</b>	<b>292 091</b>	<b>154 692</b>	<b>865 913</b>

## Nota 12 / Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de ativos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 3 anos para o software e os outros ativos intangíveis, e sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Value in force* corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este ativo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

O saldo das rubricas dos Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Outros intangíveis</b>	<b>51 594</b>	<b>50 979</b>
Value in force	50 000	50 000
Software	817	542
Outros	777	437
<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>-17 345</b>	<b>-14 743</b>
Imparidades	-	-
	<b>34 249</b>	<b>36 236</b>

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Value in force	Software	Outros	Total
<b>Saldo a 1 de Janeiro de 2012</b>	<b>37 444</b>	<b>-</b>	<b>459</b>	<b>37 903</b>
Adições	-	232	289	521
Amortizações do exercício	-2 078	-110	-	-2 188
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	308	-308	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>35 366</b>	<b>430</b>	<b>440</b>	<b>36 236</b>
Adições	-	33	582	615
Amortizações do exercício	-2 427	-175	-	-2 602
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	-	242	-242	-
<b>Saldo a 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>32 939</b>	<b>530</b>	<b>780</b>	<b>34 249</b>

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Total de Amortizações do Exercício</b>	<b>2 602</b>	<b>2 188</b>
<b>Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro</b>		
Montantes pagos - montantes brutos	130	110
<b>Custos e Gastos de Exploração Líquidos</b>		
Custos de aquisição	390	328
Gastos administrativos	2 082	1 750
<b>Gastos Financeiros</b>		
Outros	-	-

## Nota 13 / Outros Ativos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

### Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Ativo Bruto</b>	<b>1 478</b>	<b>1 880</b>
Tomadores de seguro	1 176	1 335
Mediadores de seguro	2	328
Co-seguradoras	300	217
<b>Ajustamentos</b>	<b>-78</b>	<b>-145</b>
Recibos por cobrar	-78	-145
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>1 400</b>	<b>1 735</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Ativo Bruto</b>	<b>9</b>	<b>66</b>
Resseguradores	9	66
Ressegurados	-	-
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>9</b>	<b>66</b>

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Ativo Bruto</b>	<b>2 397</b>	<b>1 692</b>
Entidades relacionadas	1 537	-
Pessoal	12	8
Outros valores a receber	848	1 684
<b>Ajustamentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Créditos de cobrança duvidosa	-	-
<b>Ativo Líquido</b>	<b>2 397</b>	<b>1 692</b>

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Ajustamento de Recibos por Cobrar</b>		
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>145</b>	<b>51</b>
Dotações do exercício	-	94
Utilizações do exercício	-67	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>78</b>	<b>145</b>

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>2 773</b>	<b>1 872</b>
Rendimentos financeiros de resseguro cedido	2 773	1 872
<b>Gastos Diferidos</b>	<b>164</b>	<b>193</b>
Custos de aquisição	164	193
<b>Total</b>	<b>2 937</b>	<b>2 065</b>

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo diz respeito a contratos de investimento comercializados pela T-Vida, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A e é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	<b>93 730</b>	<b>50 819</b>
Depósitos recebidos	47 942	50 004
Benefícios pagos	-8 253	-11 579
Juro técnico do exercício	6 295	4 485
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>139 714</b>	<b>93 730</b>

#### Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Tomadores de seguro		
- Estornos a pagar	318	257
- Premios recebidos antecipadamente	752	-
Mediadores de seguro		
-Comissões a pagar	27	-
-Contas correntes	1 058	935
Co-seguradoras	85	129
<b>Total</b>	<b>2 240</b>	<b>1 321</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Resseguradores	444	287
Ressegurados	-	-
<b>Total</b>	<b>444</b>	<b>287</b>

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Entidades relacionadas	80	117
Outros fornecedores de bens e serviços	120	33
Pessoal	6	-
Outros valores a pagar	858	171
<b>Total</b>	<b>1 064</b>	<b>321</b>

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Rendimentos Diferidos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Acréscimo de Custos</b>	<b>3 201</b>	<b>3 647</b>
- Custos com pessoal (subsídios e encargos)	203	177
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	966	873
- Fornecimentos e serviços externos	439	255
- Serviços prestados empresas relacionadas	158	389
- Comissões canal bancário	1 435	1 953
<b>Total</b>	<b>3 201</b>	<b>3 647</b>

O saldo do Passivo de Outras provisões de 2012 diz respeito a provisões para impostos.

## Nota 14 / Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios de contratos de seguro direto são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Vida</b>						
Tradicional	27 243	20 819	2	-44	27 245	20 775
Capitalização com participação resultados	23 350	12 925	-	-	23 350	12 925
<b>Total</b>	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>	<b>2</b>	<b>-44</b>	<b>50 595</b>	<b>33 700</b>

Os prémios de contratos de resseguro cedido são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Emitidos de Resseguro		Variação PPNA		Prémios Adquiridos de Resseguro	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Vida</b>						
Tradicional	2 041	2 359	-	-	2 041	2 359
Capitalização com participação resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 041</b>	<b>2 359</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 041</b>	<b>2 359</b>

A indicação de alguns valores do ramo vida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
<b>Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto</b>	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>
Relativos a contratos individuais	39 569	24 984
Relativos a contratos de grupo	11 024	8 760
	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>
Periódicos	24 078	24 903
Não periódicos	26 515	8 841
	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>
De contratos sem participação nos resultados	21 777	13 340
De contratos com participação nos resultados	28 816	20 404
	<b>50 593</b>	<b>33 744</b>
<b>Saldo de Resseguro</b>	<b>-734</b>	<b>-1 019</b>

## Nota 15 / Comissões Recebidas de Contratos de Seguro

Nos contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

São classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## Nota 16 / Rendimentos/ Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3. O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
<b>Juros</b>	<b>13 055</b>	<b>15 671</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 547	4 927
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	225	453
Ativos financeiros detidos até à maturidade	4 649	4 992
Depósitos, empréstimos e outros ativos	2 634	5 299
<b>Dividendos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Derivados	-	-
<b>Total</b>	<b>13 055</b>	<b>15 671</b>

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4 559	4 285
De outros emissores	5 862	6 087
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Derivados	-	-
Depósitos	2 539	5 299
Empréstimos e outros ativos	95	-
<b>Total</b>	<b>13 055</b>	<b>15 671</b>

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Custos imputados à função investimentos	386	377
Juros de acordos de recompra	339	807
<b>Total</b>	<b>725</b>	<b>1 184</b>

## Nota 17 / Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
<b>Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados</b>	<b>8 805</b>	<b>-4 328</b>	<b>4 477</b>	<b>6 175</b>	<b>-3 657</b>	<b>2 518</b>
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 573	-4 328	4 245	5 915	-3 657	2 258
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	232	-	232	260	-	260
<b>Financeiros - Ao Justo Valor por Resultados</b>	<b>305</b>	<b>-31</b>	<b>274</b>	<b>543</b>	<b>-1 077</b>	<b>-534</b>
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	305	-31	274	543	-1 077	-534
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9 110</b>	<b>-4 359</b>	<b>4 751</b>	<b>6 718</b>	<b>-4 734</b>	<b>1 984</b>



## Nota 18 / Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 221	-293	928	1 604	-23 854	-22 250
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 221</b>	<b>-293</b>	<b>928</b>	<b>1 604</b>	<b>-23 854</b>	<b>-22 250</b>

## Nota 19 / Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013			2012		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	274	-35	239	334	-247	87
Ativos financeiros detidos para negociação	30	-41	-11	161	-182	-21
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>-76</b>	<b>228</b>	<b>494</b>	<b>-429</b>	<b>66</b>

## Nota 20 / Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Outros Rendimentos Técnicos</b>	-	<b>128</b>
Comissões de gestão de co-seguro	-	1
Renúncias <i>unit linked</i>	-	127
<b>Outros Gastos Técnicos</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Comissões de gestão de co-seguro	13	4
Outros	-	9
<b>Valor do Ganhos e Perdas</b>	<b>-13</b>	<b>115</b>

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Outros Rendimentos Não Técnicos</b>	<b>576</b>	<b>597</b>
Correções e acertos	511	-
Outros ganhos	65	597
<b>Outros Gastos Não Técnicos</b>	<b>160</b>	<b>305</b>
Penalidades	1	1
Ofertas a clientes	3	1
Quotizações diversas	2	-
Acerto saldos devedores	34	-
Correções e acertos	54	-
Insuficiência de estimativa de imposto	-	61
Serviços bancários e juros de mora	35	33
Outros gastos	31	209
<b>Valor dos Ganhos e Perdas</b>	<b>416</b>	<b>292</b>

## Nota 21 / Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas quatro funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

(milhares de euros) (%)

2013	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	156	9%	830	48%	691	40%	52	3%	1 729	100%
Fornecimentos e serviços externos	88	6%	870	59%	476	33%	29	2%	1 463	100%
Impostos	-	0%	34	63%	-	0%	20	37%	54	100%
Amortizações	130	5%	390	15%	2 082	80%	-	0%	2 602	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	285	100%	285	100%
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>6%</b>	<b>2 124</b>	<b>35%</b>	<b>3 249</b>	<b>53%</b>	<b>386</b>	<b>6%</b>	<b>6 133</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros) (%)

2012	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	156	9%	830	48%	691	40%	52	3%	1 729	100%
Fornecimentos e serviços externos	94	4%	1 602	72%	512	23%	31	1%	2 239	100%
Impostos	-	0%	26	62%	-	0%	16	38%	42	100%
Amortizações	110	5%	328	15%	1 750	80%	-	0%	2 188	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	278	100%	278	100%
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>6%</b>	<b>2 786</b>	<b>43%</b>	<b>2 953</b>	<b>46%</b>	<b>377</b>	<b>6%</b>	<b>6 476</b>	<b>100%</b>

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Combustíveis	26	41
Material de escritório, impressos e outros	2	1
Artigos para oferta	7	6
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	3	-
Manutenção de equipamento informático	59	36
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	68	66
Despesas de deslocação e representação	72	71
Correios	95	89
Seguros	-	2
Avenças e honorários	17	-
Publicidade e marketing	324	434
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	221	126
Serviços e desenvolvimentos informáticos	221	229
Quotizações APS	11	11
Cobrança de prémios	100	94
Trabalho temporário	5	-
Prestação de serviços operacionais	158	228
Outros serviços e fornecimentos diversos	74	805
<b>Total</b>	<b>1 463</b>	<b>2 239</b>

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Taxa para o ISP	54	42
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>42</b>

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Despesas de investigação e desenvolvimento	175	110
Intangível - Value in force	2 427	2 078
<b>Total</b>	<b>2 602</b>	<b>2 188</b>

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	285	278
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>278</b>

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	1 666	1 089
Custos imputados	2 124	2 786
Outros custos de aquisição	2 244	2 410
Custos de aquisição diferidos (variação)	15	20
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	108	76
Custos imputados	3 249	2 953
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-1 064	-851
<b>Total</b>	<b>8 342</b>	<b>8 483</b>

## Nota 22 / Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2013	2012
Diretores	1	1
Gestores	2	2
Coordenadores	1	1
Técnicos	15	15
Especialista operacional	3	-
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>19</b>

O montante das Despesas com pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Remunerações - órgãos sociais	441	349
Remunerações - pessoal	948	957
Encargos sobre remunerações - órgãos sociais	79	15
Encargos sobre remunerações - pessoal	193	207
Benefícios pós-emprego - planos de pensões de benefícios definidos	-4	-64
Seguros obrigatórios	14	17
Gastos de ação social	38	23
Outros gastos com pessoal	20	225
<b>Total</b>	<b>1 729</b>	<b>1 729</b>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados durante o exercício de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 18 milhares de euros.

## Nota 23 / Obrigações com Benefícios dos Empregados

### Pensões de reforma

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez e morte nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até admitidos até 22 de junho de 1995.

Adicionalmente, assumiu a responsabilidade de pagar aos seus Administradores benefícios pensões de reforma por velhice, invalidez e morte.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios estão reconhecidos em reservas, a Companhia não tem qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma na T-Vida é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2013 e 2012, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

	2013	2012
<b>Pressupostos Financeiros</b>		
Taxas de evolução salarial	1% - 2,5% (*)	0% - 2,5% (*)
Taxa de crescimento das pensões	0% - 2,5% (*)	0% - 2,5% (*)
Taxas de rendimento do fundo	3,75%	3,26%-4,25% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	1% - 2,5% (*)	1,00%
Taxa de desconto	3,75%	3,26%-4,25% (*)
<b>Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação</b>		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial		Project Unit Credit Method

(\*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2013	2012
Ativos	5	4
Reformados	-	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas Reconhecidas em Balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de dezembro	-217	-
Saldo do fundo em 31 de dezembro	70	84
<b>Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>-147</b>	<b>84</b>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>		
Alteração ao plano	-	-181
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros	-	-
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	217	-
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>217</b>	<b>-</b>

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2013 e 2012 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
<b>Saldo do Fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>84</b>	<b>176</b>
Alteração ao plano	-	-117
Rendimento real do fundo		
Rendimento esperado do fundo	4	-
Ganhos e perdas atuariais	-18	25
<b>Saldo do Fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>70</b>	<b>84</b>

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro</b>	-	25
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	217	-
- nos ativos do plano	18	-25
<b>Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro</b>	<b>235</b>	<b>-</b>

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2013 e 2012 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>-84</b>	<b>5</b>
Alteração ao plano	-	-64
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	217	-
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	18	-25
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	-	-
- Custo dos juros líquido do saldo da cobertura das responsabilidades	-4	-
<b>(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>147</b>	<b>-84</b>

Os custos do exercício com pensões de reforma podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Custo do serviço corrente	-	-
Custo dos juros líquido do saldo da cobertura das responsabilidades	-4	-
Alteração ao plano	-	-64
<b>Custos do Exercício</b>	<b>-4</b>	<b>-64</b>

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2013	2012
Terrenos e edifícios	7 734	7 934
Ações e outros títulos de rendimento variável	8 770	12 315
Títulos de rendimento fixo	31 429	36 235
Depósitos em instituições de crédito	1 776	2 001
Devedores e credores do fundo	-191	584
Juros a receber	561	1 033
Valor a transferir do corte do plano	-	-5 658
	<b>50 079</b>	<b>54 444</b>

Os valores de ativos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a associada T-Vida representa cerca de 0,14% (2012: 0,15%) do total do fundo.

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

	(milhares de euros)			
	2013		2012	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	-10	11	-	-

## Nota 24 / Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2013 e 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29,00%, que corresponde à taxa nominal aprovadas à data do balanço. A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela DGI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues até esse exercício. Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os resultados fiscais negativos apresentados pela Companhia nos exercícios de 2008, 2010 e 2011 foram integralmente recuperados até 2013, deixando de haver lugar a apuramento de imposto diferido ativo no final deste exercício.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2013 e 2012 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2013		2012	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	934	-	-	2 150
Retenção de imposto na fonte	-	188	-	223
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	139	-	124
Contribuições para a segurança social	36	11	44	44
<b>Total</b>	<b>970</b>	<b>338</b>	<b>44</b>	<b>2 541</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2013 e 2012 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos	116	110	-	-	116	110
Prejuízos fiscais	-	1 375	-	-	-	1 375
<b>Total</b>	<b>116</b>	<b>1 485</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116</b>	<b>1 485</b>

Os impostos correntes e diferidos no exercício de 2013 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2013	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
<b>Imposto Corrente</b>	<b>-281</b>	<b>-2 417</b>	<b>-2 698</b>
Estimativa de IRC	-281	-2 383	-2 664
Imposto autónomo	-	-34	-34
<b>Imposto Diferido</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>6</b>
Investimentos	6	-	6
Prejuízos fiscais	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-275</b>	<b>-2 417</b>	<b>-2 692</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2013	2012
Resultado antes de impostos	6 713	6 807
Taxa de imposto	29,00%	29,00%
<b>Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial</b>	<b>-1 947</b>	<b>-1 974</b>
Benefícios fiscais	2	4
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-438	-287
Imposto autónomo	-34	-20
<b>Imposto Corrente + Diferido</b>	<b>-2 417</b>	<b>-2 277</b>

## Nota 25 / Capital

O capital da T-Vida, de 65 milhões de euros representado por 65 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 20 milhões de euros em 2006 e 45 milhões de euros em 2008.

## Nota 26 / Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

### Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

### Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ ou em exercícios anteriores.

### Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

### Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

### Reserva desvios atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a T-Vida reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Reservas de justo valor de ativos financeiros e instrumentos de cobertura	-4 815	-7 486
Reserva por impostos diferidos e correntes	894	1 169
Outras reservas	2 102	1 884
-Reserva legal	2 337	1 884
-Reserva desvios atuariais	-235	-
-Reservas livres	-	-
<b>Reservas</b>	<b>-1 819</b>	<b>-4 433</b>

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Títulos de rendimento variável	240	-177
Títulos de rendimento fixo	-5 091	-7 577
Derivados de cobertura	36	268
<b>Reservas de Justo Valor</b>	<b>-4 815</b>	<b>-7 486</b>

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	234 849	232 580
	<b>234 849</b>	<b>232 580</b>
Imparidade	-813	-
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	234 036	232 580
Justo valor dos derivados de cobertura	-	-
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	231 638	228 468
	<b>231 638</b>	<b>228 468</b>
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	-2 398	-4 112
Reserva de derivados de cobertura de fluxos de caixa	36	268
Reserva de reavaliação dos títulos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	-2 453	-3 642
Impostos diferidos e correntes	894	1 169
<b>Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos</b>	<b>-3 921</b>	<b>-6 317</b>

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

(milhares de euros)		
	2013	2012
<b>Saldo a 1 de Janeiro</b>	<b>-6 317</b>	<b>-19 241</b>
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	3 484	18 288
Imparidade reconhecida no ano	-813	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	-275	-5 364
<b>Saldo a 31 de Dezembro</b>	<b>-3 921</b>	<b>-6 317</b>

## Nota 27 / Resultados por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	4 296	4 530
Número de ações (final do exercício)	65 000 000	65 000 000
<b>Resultados por Ação (em euros)</b>	<b>0,07</b>	<b>0,07</b>

## Nota 28 / Dividendos por Ação

A Companhia tem como acionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., ao qual, durante o exercício de 2013 e 2012, foram atribuídos e pagos os seguintes dividendos, resultando nos respetivos dividendos por ação:

	2013	2012
Dividendos (em milhares de euros)	4 050	2 700
Número de ações (início do exercício)	65 000 000	65 000 000
<b>Dividendos por Ação (em euros)</b>	<b>0,06</b>	<b>0,04</b>

## Nota 29 / Transações entre Partes Relacionadas

O capital da T-Vida é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - *Espírito Santo Financial Group*.

Os relacionamentos entre a T-Vida e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, comercialização de seguros, resseguro e prestação de serviços administrativos e técnicos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o montante global dos ativos e passivos da T-Vida que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2013				2012			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
BAC	80	-	-	-	63	2	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO	31 391	1 932	1 850	2 185	84 343	57 339	2 622	3 143
BES FINANCE	-	-	-	-	-	-	-	456
BES VIDA	143 802	158	158	902	96 953	228	228	1 311
BESI	3	-	-	-	389	-	-	198
BESLEASING	-	-	-	-	-	-	-	-
BEST	208	16	-	-	160	36	-	-
E.S. CONTACT CENTER	-	-	-	-	-	-	-	-
E.S. FINANCIER	-	-	-	-	6 848	-	-	-
E.S. FINANTIAL PORTUGAL	4 708	-	-	265	3 102	-	-	240
ESCC	-	-	16	-	-	17	25	-
ESAF	-	-	166	-	-	154	153	-
ESFG	15	-	17	-	-	-	-	-
ESUMÉDICA	1	6	25	-	9	6	66	-
LOGO	-	3	-	-	-	2	-	-
TRQ ANGOLA	31	-	-	-	-	-	-	-
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	6	-	-	-	-	-	-	-
ESFIL	11 200	-	-	524	-	-	-	-
ADVANCECARE	-	5	49	-	-	-	-	-
ES- SERVIÇOS, 2, ACE	-	4	42	-	-	-	-	-
MULTIPESSOAL	-	5	5	-	-	-	-	-
TOP ATLANTICO	-	3	146	-	-	-	-	-
E.S. INNOVATION	-	1	-	-	-	-	-	-
TRANQUILIDADE	179	59	-	-	127	117	-	-
	<b>191 624</b>	<b>2 192</b>	<b>2 474</b>	<b>3 876</b>	<b>191 994</b>	<b>57 901</b>	<b>3 094</b>	<b>5 348</b>

## Nota 30 / Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

## Nota 31 / Compromissos

A companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte. A maturidade das prestações vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	11	28	48

## Nota 37 / Outras Informações

### Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

#### IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 19 - Benefícios dos empregados", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

Como resultado da IAS 19 (2011), a Companhia alterou a sua política contabilística no que diz respeito à base da determinação dos rendimentos e gastos relacionados com os planos de benefício definido. Ao abrigo da IAS 19 (2011), a Companhia determina o gasto (rendimento) do juro líquido do passivo (ativo) por benefício definido para o período, aplicando a mesma taxa de desconto para mensurar a obrigação de benefício definido no início do período anual, tomando em consideração alterações corridas ao passivo (ativo) em resultado das contribuições e benefícios pagos.

Consequentemente, o juro líquido do passivo (ativo) do plano de benefício definido compreende agora: (i) o custo do juro da obrigação de benefício definido; (ii) os rendimentos dos ativos do plano; e (iii) o juro do efeito do teto (*ceiling*) do ativo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Apresentação de itens em OCI (Outro Rendimento Integral) – Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à "IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

Como resultado da alteração à IAS 1, a Companhia modificou a apresentação de itens de Outro Rendimento Integral (OCI) na demonstração de Rendimento Integral, de forma a apresentar separadamente os itens que serão reclassificados no futuro para resultados do período daqueles que não serão reclassificados. A informação comparativa foi reapresentada na mesma base.

### IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à "IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

A Companhia não teve impacto na adoção destas alterações.

### Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012, e adotados pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 301/2013, de 27 de março, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32, IAS 34 e IFRIC 2.

- **IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras**  
Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.
- **IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis**  
A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.
- **IAS 32 - Instrumentos Financeiros e IFRIC 2**  
Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na "IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento", evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.
- **IAS 34 - Reporte Financeiro Intercalar**  
As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

### IFRS 13 - Mensuração ao justo valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a "IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor", com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 13, a Companhia adotou a nova definição de justo valor, tal como consta na Nota 3, prospectivamente. As alterações não tiveram um impacto significativo na mensuração dos ativos e passivos da Companhia, mas foram incluídas novas divulgações nas demonstrações financeiras conforme exigido pela IFRS 13. Para estas novas divulgações não foram incluídas



comparações de acordo com o previsto na norma para o primeiro ano de aplicação. No entanto, na exata medida que essas divulgações já fossem exigidas por outras normas em vigor antes da IFRS 13, a Companhia proporcionou informação comparativa relevante já divulgada ao abrigo dessas normas.

#### **IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto**

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de não cobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações da Companhia, esta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

#### **IFRS 11 - Acordos Conjuntos**

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 - Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controle conjunto”, introduzindo o modelo de controle definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia está a avaliar o impacto da introdução desta alteração no entanto não antecipa que o impacto seja significativo.

### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11.

### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do

negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 20 de novembro.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação desta alteração.

### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro. O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

**Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia:**

### **IAS 19 (Alterada) – Planos de benefício definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades,

ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo um forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

### IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Não é expectável que a IFRIC 21 venha a ter impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

### Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

- **IFRS 2 – definição de condição de aquisição (*vesting*)**  
A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.
- **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**  
O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.
- **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.**  
A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.
- **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**  
O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no

curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**  
De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.
- **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**  
Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40.

- **IFRS 1 – conceito de “IFRS efetivas”**  
O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.
- **IFRS 3 – exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures***  
As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.
- **IFRS 13 – âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios**  
O parágrafo 52 da IFRS 13 incluí uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portfólios aplicam-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.
- **IAS 40 – inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.**  
O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### **IFRS 9 - Instrumentos financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010 e 2013)**

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9(2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A data em que a IFRS 9 se torna efetiva não se encontra ainda estabelecida mas será determinada quando as fases em curso ficarem finalizadas.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação.

Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Anexo 1 – Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES</b>							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BES PL 5,875% 11/15		200 000,00	104,37%	102,6%	205 200,00	105,2%	210 411,97
BESPL 5,625% 06/14		6 500 000,00	98,18%	89,3%	5 803 373,69	101,4%	6 591 101,21
ES FINANCIAL 5,125% 05/30/16		4 700 000,00	99,75%	99,7%	4 684 345,00	100,2%	4 708 707,88
ES FINANCIER 5,25% 06/12/15		300 000,00	101,58%	100,4%	301 050,00	105,1%	315 380,25
ES FINANCIER 5,25% 06/12/15		10 360 000,00	101,58%	100,2%	10 383 750,00	105,1%	10 883 577,12
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>22 060 000,00</b>			<b>21 377 718,69</b>		<b>22 709 178,43</b>
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>22 060 000,00</b>			<b>21 377 718,69</b>		<b>22 709 178,43</b>
<b>2 - OUTROS</b>							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES LIQUIDEZ - FEI ABERTO	9 184			5,44	50 000,00	5,48	50 330,61
ES TRADING FUND	10 000			104,80	1 048 000,00	116,05	1 160 500,00
FUNGEPI BES	16 800 232			2,02	33 855 827,53	2,01	33 763 426,25
GESPATRIMÓNIO RENDIMENTO	1 203 528			12,48	15 015,934,14	12,41	14 932 288,96
<b>Subtotal</b>	<b>18 022 943</b>	<b>0,00</b>			<b>49 969 761,67</b>		<b>49 906 545,82</b>
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT 0% 08/22/14		300 000,00	99,09%	98,4%	295 223,93	99,1%	297 270,00
BT 0% 08/22/14		250 000,00	99,09%	98,4%	246 019,94	99,1%	247 725,00
PT OT 3,35% 10/15/15		250 000,00	100,04%	98,5%	246 250,00	100,7%	251 854,28
PT OT 3,35% 10/15/15		16 200 000,00	96,05%	94,0%	15 234 116,94	96,8%	15 674 063,78
PT OT 3,6% 10/15/14		45 000,00	100,85%	101,3%	45 594,00	101,6%	45 724,25
PT OT 3,6% 10/15/14		5 000 000,00	98,61%	96,7%	4 835 971,45	99,4%	4 968 551,80
PT OT 4,2% 10/15/16		7 000 000,00	95,51%	94,0%	6 583 414,15	96,4%	6 747 437,37
PT OT 4,35% 10/16/17		5 140 000,00	93,95%	92,5%	4 753 277,92	94,9%	4 875 524,28
PT OT 4,45% 06/15/18		4 000 000,00	92,75%	91,5%	3 660 339,36	95,2%	3 807 149,73
PT OT 4,75% 06/14/19		1 250 000,00	92,09%	90,8%	1 135 340,46	94,7%	1 183 664,49
PT OT 4,8% 06/15/20		7 500 000,00	90,78%	89,6%	6 718 731,34	93,4%	7 004 837,19
PT OT 6,4% 02/15/16		250 000,00	105,28%	83,7%	209 250,00	110,9%	277 171,06
PT OT 6,4% 02/15/16		2 500 000,00	99,87%	99,8%	2 495 379,08	105,5%	2 636 708,57
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>49 685 000,00</b>			<b>46 458 908,57</b>		<b>48 017 681,80</b>
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3,25% 01/15		2 000 000,00	96,36%	92,8%	1 856 700,51	99,5%	1 989 542,07
BCP 04/14 5,625%		1 500 000,00	98,39%	89,7%	1 346 196,61	102,3%	1 534 945,62
BCP 3,75% 10/16		2 000 000,00	90,09%	83,9%	1 678 404,64	91,0%	1 819 249,32
BRISA 4,5% 12/16		6 000 000,00	103,81%	102,5%	6 151 200,00	104,1%	6 247 832,88
CXGD 5,125% 02/14		2 400 000,00	99,80%	102,6%	2 462 737,20	104,2%	2 501 350,68
EDP FINANCE 3,25% 03/15		2 000 000,00	101,44%	101,0%	2 019 200,00	104,0%	2 080 343,84
EDP FINANCE 4,125% 01/21		6 000 000,00	101,09%	99,3%	5 955 180,00	101,6%	6 093 021,36
EDP FINANCE 4,625% 06/16		3 000 000,00	105,21%	102,7%	3 081 700,00	107,8%	3 232 767,54
EDP FINANCE 4,875% 09/20		6 000 000,00	105,44%	101,9%	6 115 200,00	106,9%	6 414 550,68
EDP FINANCE 5,75% 09/17		2 680 000,00	109,69%	106,2%	2 846 964,00	111,3%	2 982 199,37
EDP FINANCE 5,875% 02/16		100 000,00	107,09%	98,9%	98 900,00	112,5%	112 452,93
GALP ENERGIA 4,125% 01/19		3 000 000,00	101,31%	99,4%	2 983 290,00	101,7%	3 051 475,48
GALP ENERGIA SGPS FLOAT 18		3 500 000,00	102,10%	100,0%	3 500 700,00	102,4%	3 582 775,38
PORTUCEL SA 5,375% 20-19		2 000 000,00	106,20%	101,9%	2 038 600,00	106,9%	2 137 477,50
PORTUGAL TELECOM 4,625% 05/20		15 000 000,00	102,13%	100,1%	15 016 250,00	105,1%	15 765 410,97
PORTUGAL TELECOM 5,625% 02/16		100 000,00	106,63%	97,2%	97 200,00	111,7%	111 651,97
PORTUGAL TELECOM 5,875% 04/18		2 000 000,00	109,25%	108,2%	2 163 551,13	113,5%	2 269 188,33
PORTUGAL TELECOM INT FIN 5% 11/04/19		5 000 000,00	92,93%	91,5%	4 576 769,80	93,7%	4 686 296,49
REN FINANCE 4,75%		5 000 000,00	103,60%	99,9%	4 994 400,00	104,6%	5 229 001,37
Dep Prazo EUR BBVA					22 500 000,00		22 544 342,52
Dep Prazo EUR BES					17 334 000,00		17 339 302,45
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					20 500 000,00		20 501 366,66
Dep Prazo EUR MG					21 333 450,00		21 338 160,63
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>71 024 920,09</b>			<b>152 395 513,98</b>		<b>155 313 678,61</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>120 709 920,09</b>			<b>198 854 422,55</b>		<b>203 331 360,41</b>
<b>Total</b>	<b>18 022 943</b>	<b>120 709 920,09</b>			<b>248 824 184,22</b>		<b>253 237 906,23</b>

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
<b>Designação</b>							
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES RENDIMENTO PLUS	500 000			7,48	3 739 000,00	8,08	4 041 900,00
EUROFIN SICAV SIF	5 471			1 000,03	5 470 700,32	911,98	4 989 014,86
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	74 799			10,54	788 482,57	12,08	903 575,79
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	55 859			10,47	584 873,51	11,51	642 939,39
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	65 814			9,36	615 703,49	11,28	742 377,52
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	34 203			10,02	342 581,84	11,44	391 287,01
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	9 662			20,52	198 260,84	23,97	231 609,89
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	12 680			19,29	244 600,29	23,96	303 809,21
FUNDO ESP INV IMOB FECHADO	300 000			1 000,00	300 000 000,00	902,06	270 616 620,00
INCOMETRIC FUND	92 081			5,43	500 012,50	5,44	500 920,81
<b>Subtotal</b>	<b>1 150 569</b>	<b>0,00</b>			<b>312 484 215,36</b>		<b>283 364 054,48</b>
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BOTS 0% 02/28/14		7 500 000,00	99,92%	99,9%	7 491,669,26	99,9%	7 494 300,00
BUNDES 0% 06/13/14		5 000 000,00	99,95%	99,9%	4 996 300,00	100,0%	4 997 500,00
BUNDES 2,25% 14		5 000 000,00	100,55%	100,7%	5 032 500,00	102,2%	5 108 619,87
BUNDES OBL 2,25% 04/10/2015		1 000 000,00	100,43%	100,8%	1 007 936,64	102,1%	1 020 655,00
IRISH GOVT 4,6% 04/16		1 000 000,00	93,01%	90,6%	905 828,86	96,2%	962 457,34
LETRAS DEL TESORO 0% 02/21/14		7 500 000,00	99,93%	99,9%	7 493 206,16	99,9%	7 494 450,00
NETHERLANDS GOVT 2,5% 01/17		1 250 000,00	99,54%	99,4%	1 242 254,38	101,9%	1 274 174,34
NETHERLANDS GOVT 3,25% 07/15		1 250 000,00	101,54%	102,6%	1 282 571,96	103,0%	1 288 101,39
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>29 500 000,00</b>			<b>29 452 267,26</b>		<b>29 640 257,94</b>
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
EFSS 1,625% 02/15		5 000 000,00	101,38%	101,6%	5 077 750,00	102,8%	5 142 458,90
EFSS 2,75% 12/16		2 500 000,00	99,79%	99,7%	2 493 079,53	100,0%	2 499 640,95
EUROPEAN INVEST BANK FLOAT 01/09/15		5 000 000,00	100,20%	100,3%	5 013 000,00	100,3%	5 014 749,30
FADE 3,375% 03/19		4 000 000,00	101,61%	99,9%	3 994 480,00	102,4%	4 096 907,95
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>16 500 000,00</b>			<b>16 578 309,53</b>		<b>16 753 757,10</b>
2.2.2.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4,5% 11/19		2 000 000,00	107,78%	106,9%	2 138 000,00	108,2%	2 163 676,98
ALSTOM 4,5% 03/20		3 600 000,00	108,75%	115,0%	4 141 402,00	112,3%	4 042 824,65
ATLANTIA 2,875% 02/21		2 000 000,00	99,98%	99,2%	1 983 440,00	100,5%	2 009 564,66
BANCO SABADELL 2,5% 12/16		4 000 000,00	99,92%	99,8%	3 991 000,00	100,1%	4 003 843,28
BBVA CAPITAL UNIPERS 13/10/2020		5 000 000,00	80,03%	99,9%	4 995 137,32	80,1%	4 007 282,36
DOURM 1 A		503 594,61	82,86%	98,6%	496 414,78	82,9%	417 336,34
ELENIA FINANCE 2,875% 12/20		2 800 000,00	98,91%	99,8%	2 795 436,00	99,0%	2 772 595,67
EUTELSAT 2,625% 01/20		3 000 000,00	99,15%	99,3%	2 980 290,00	99,3%	2 978 252,95
FIAT FINANCE 6,75% 10/19		2 500 000,00	107,88%	105,5%	2 637 250,00	109,3%	2 732 936,65
HIPOT 5 A2		225 396,52	80,24%	97,9%	220 663,19	80,3%	180 931,70
KION 2006-1 A		384 502,28	85,22%	98,5%	378 913,68	85,3%	327 982,91
LLOYDS FLOAT 20 03/12/2020		2 500 000,00	90,92%	102,7%	2 567 696,46	91,1%	2 277 358,33
LTR INVEST FLOAT 2016		3 000 000,00	88,94%	100,0%	3 000 075,17	88,9%	2 668 200,00
MAGEL 3 A		451 957,05	76,99%	98,7%	446 101,68	77,0%	348 149,59
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		700 000,00	92,40%	100,0%	700 000,00	92,4%	646 848,34
PELIC 2 A		191 038,08	90,43%	99,2%	189 445,59	90,5%	172 795,98
PELICAN 3 A		723 266,24	73,48%	98,3%	710 862,79	73,5%	531 601,49
PETROLEOS MEXICANOS 3.125 11/20		1 500 000,00	100,98%	99,4%	1 490 370,00	101,3%	1 518 991,44
RENAULT 3,625% 09/18		2 250 000,00	102,77%	99,6%	2 240 707,50	103,8%	2 335 318,76
ROYAL BK SCOTLAND 49		10 000 000,00	83,75%	100,8%	10 080 000,00	84,0%	8 395 695,83
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		5 000 000,00	95,04%	99,9%	4 995 402,43	95,0%	4 752 452,22
TELECOM ITALIA 4% 01/21/20		4 000 000,00	99,24%	100,9%	4 036 840,00	103,3%	4 133 983,56
THEME 4 A		583 242,99	80,96%	97,8%	570 236,68	81,0%	472 477,05
UNICREDIT SPA 2,25% 12/16		2 000 000,00	100,65%	100,0%	1 999 940,00	100,7%	2 014 889,32
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>58 912 997,78</b>			<b>59 785 625,27</b>		<b>55 905 990,06</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>104 912 997,78</b>			<b>105 816 202,06</b>		<b>102 300 005,10</b>
<b>Total</b>	<b>1 150 569</b>	<b>104 912 997,78</b>			<b>418 300 417,42</b>		<b>385 664 059,58</b>
<b>Total</b>	<b>19 173 513</b>	<b>225 622 917,87</b>			<b>667 124 601,64</b>		<b>638 901 965,81</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19 173 513</b>	<b>247 682 917,87</b>			<b>688 502 320,33</b>		<b>661 611 144,24</b>

08

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS  
DE REMUNERAÇÃO



VIDA

## 08. DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

### Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

#### 1. Política de Remuneração

##### 1.1. Processo de aprovação da política de remuneração

###### a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da T-Vida é, nos termos previstos no Artigo 20º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesma objeto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

###### b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da T-Vida não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

##### 1.2. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 14º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

##### 1.3. Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 23º do Contrato de Sociedade, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal pago 12 vezes ao ano.

##### 1.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL n.º. 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo DL n.º. 224/2008, de 20 de novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

##### 1.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

###### a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração auferem uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com exceção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferem a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável pode ser distinta.

###### b) Limites da remuneração

A parte variável da remuneração representará no limite 55% da Remuneração Total Anual.

Sem prejuízo do acima disposto, o valor a distribuir pelos membros do Conselho de Administração a título de remuneração variável, quando for atribuída, ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 20º do Contrato de Sociedade, fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

###### c) Equilíbrio na remuneração

A parte variável corresponderá no máximo a 55% do total da remuneração, oscilando, em todo o caso, o montante exato desta componente da remuneração, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

###### d) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

A remuneração variável é referente ao desempenho de curto prazo. A remuneração variável é calculada em função do cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado.

O valor da remuneração variável será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos.

A remuneração variável é paga integralmente em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.



Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor para os membros do Conselho de Administração, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da T-Vida ou de qualquer outra empresa do Grupo, por parte dos membros do Conselho de Administração.

#### **e) Critérios para avaliação de desempenho**

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado líquido do exercício;
- Rentabilidade dos capitais próprios;
- Rácio combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

#### **f) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários**

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

#### **g) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ ou participação nos lucros foram concedidos**

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da T-Vida.

#### **h) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício**

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da T-Vida relacionadas com a cessação das suas funções.

#### **i) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração**

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da T-Vida, em caso de destituição sem justa causa.

#### **j) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.**

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da T-Vida quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

## **2. Regime Complementar de Pensões ou de Reforma Antecipada**

O Presidente do Conselho de Administração e os Administradores com funções executivas têm direito a uma pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem desempenhado esse cargo na T-Vida, Companhia de Seguros, S.A..

Para o efeito, encontra-se constituído um fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade” gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., do qual todos os Administradores com funções executivas e o Presidente do Conselho de Administração da T-Vida são Participantes.

As principais características do Plano de Pensões constantes no contrato constitutivo do fundo de pensões assinado entre a Entidade Gestora e os Associados (T-Vida) são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se, em caso de velhice, na data em que o Administrador atinge a idade normal de reforma para efeitos da Segurança Social, atualmente fixado em 65 anos, ou em qualquer outra idade inferior, que de acordo com as normas da Segurança Social, seja possível, e ainda em caso de invalidez;
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os Administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido essas funções na Tranquilidade pelo período de tempo pensionável para o efeito definido no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões;
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

As pensões ou complementos de pensões a atribuir, às quais será sempre deduzida a pensão anual de reforma concedida pela segurança social e/ ou qualquer sociedade financeira, ou ainda ao abrigo de acidentes de trabalho, nunca serão superiores ao salário pensionável do Administrador em causa. Para o efeito, o salário pensionável corresponde, à remuneração média mensal ilíquida dos últimos 36 meses que antecedem a data em que o Administrador entre na situação de reforma, multiplicada por 12.

O regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi objeto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral realizada no dia 1 de novembro de 2013.

## **3. Pagamentos Relativos à Destituição ou Cessação por Acordo de Funções de Administradores**

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

#### 4. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da T-Vida durante o ano de 2013

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
<b>Comissão de Administração</b>			<b>262,5</b>
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	52,5	0,0	52,5
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	52,5	0,0	52,5
António Miguel Natário Rio-Tinto	52,5	0,0	52,5
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	52,5	0,0	52,5
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	52,5	0,0	52,5
<b>Conselho Fiscal</b>			<b>17,6</b>
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	5,6	0,0	5,6
João Faria Rodrigues	6,0	0,0	6,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	0,0	6,0
<b>Total Remunerações</b>	<b>280,1</b>	<b>0,0</b>	<b>280,1</b>

#### Política de Remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave”

##### 1. Âmbito de Aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º. 5/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Diretor Coordenador, Diretor-adjunto, Diretor de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direções de Risco Global e Controlo Interno e Direção de Auditoria), mas também;
- Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função atuarial, bem como ao Atuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º. 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam, no caso concreto da T-Vida, os colaboradores cujo desempenho têm um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

##### 2. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

###### a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam ativamente o Diretor Geral e diversos quadros das principais Direções da Companhia, em particular da Direção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

###### b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

###### c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente  
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso  
António Miguel Natário Rio Tinto  
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno  
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

###### d) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da T-Vida não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

#### 3. Remuneração

##### a) Composição da remunerações

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a atividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

##### b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média na Companhia, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

Em termos individuais, o peso da remuneração variável a considerar para cada ano não deverá exceder os 30% do valor total da remuneração.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

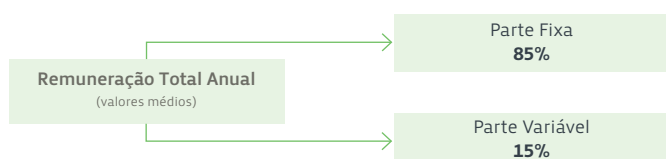
##### c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representa, em média para o conjunto dos Colaboradores da Companhia, cerca de 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da T-Vida, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

**d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento**



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá, em média, um peso de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual. A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado à Direção/ área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento;

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da RVA, sendo a mesma paga de uma só vez em numerário e na sua totalidade após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

De igual modo, tendo presente o facto de a empresa possuir um acionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da RVA consistir na atribuição de opções sobre ações da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração, não tendo sido consequentemente definidos quaisquer planos de atribuições de ações ou de opções de aquisição de ações da Tranquilidade ou de qualquer outra empresa do Grupo.

**e) Critérios para a avaliação de desempenho**

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

- i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:
  - Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
  - Espírito de equipa;
  - Visão estratégica;
  - Planeamento, organização e controlo;
  - Orientação para o cliente;
  - Capacidade de negociação;
  - Conhecimento dos produtos e serviços.

- ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco;
- Espírito de equipa;
- Visão estratégica;
- Planeamento, organização e controlo.

**4. Outros Benefícios Atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”**

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

- a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador e no normativo interno;
- b) Seguro de Vida, de acordo com o definido no CCT para o sector segurador;
- c) Constituição de planos individuais complementares de reforma conforme definido no CCT para o sector segurador.

**5. Ampliação do Âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.**

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Seguros T-Vida, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 infra (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

## Anexo I – Declaração de Cumprimento (n.º 1 do Artigo 4.º da Norma 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumprir	Não Cumprir	Observações
<b>I. Princípios Gerais</b>			
I.1	Adoção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento, rentabilidade e proteção dos Clientes;	✓	
I.2	Adequação da Política de Remuneração (PR) à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	✓	
I.3	Adoção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objetiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	✓	
<b>II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)</b>			
II.1	Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso de a sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	✓	
II.2	Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	✓	
II.3	Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	✓	
II.4	A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objeto de formalização em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação das alterações introduzidas e respetiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	✓	
II.5	Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	✓	
<b>III. Comissão de Remuneração (CR)</b>			
III.1	A CR, caso exista, deve efetuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;		
III.2	Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;		
III.3	Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;		Não aplicáveis à T-Vida.
III.4	A CR deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;		
III.5	A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões efetuadas.		
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas</b>			
IV.1	A remuneração deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considerem: desempenho individual, real crescimento da instituição, riqueza efetivamente criada, proteção dos interesses dos Clientes, sustentabilidade a longo prazo, riscos assumidos e cumprimento das regras aplicáveis à atividade;	✗	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: - Resultados líquidos do exercício; - Rentabilidade dos Capitais Próprios; - Rácio combinado, Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas. Não existem critérios não financeiros na avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.
IV.2	Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	✓	
IV.3	Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo;	✗	Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
<b>IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)</b>			
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição;		✗	Tendo presente o peso dos valores máximos considerados para a remuneração variável, bem como os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.
IV.5 A componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do órgão de administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada;	✓		
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos;		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
<b>IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos</b>			
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	✓		Todos os membros do Órgão de Administração desempenham funções Executivas.
<b>IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição</b>			
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	✓		Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável</b>			
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador; A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo;	✓		
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição;		✗	Não aplicável tendo em conta a estrutura acionista da Companhia de Seguros T-Vida, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável</b>			
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes;	✓		
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo;		✗	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra; O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	✓		
<b>V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável</b>			
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição;		✗	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		✗	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
<b>V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave</b>			
V.8	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções;	✓	
V.9	Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	✓	
<b>VI. Avaliação da Política de Remuneração</b>			
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	✓	
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	✓	
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	✓	
<b>VII. Grupos Financeiros</b>			
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.		
VII.2	A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.		
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.		
VII.4	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.		
			Não aplicável no caso específico da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Estas recomendações são avaliadas relativamente à Companhia Tranquilidade, S.A..

09

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO  
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



VIDA

---

# 09. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 852.573 milhares de euros e um total de capital próprio de 67.581 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.296 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA  
Revisor Oficial de Contas N.º 312

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 17 de Março de 2014



\_\_\_\_\_  
José Manuel Macedo Pereira

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmo. Acionista da  
**T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,**

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.,** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respetiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2013, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a atividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das ações de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

No exercício de 2013, a produção registou um crescimento de 24,7%, face ao período homólogo. Esta variação está influenciada pelo aumento significativo de produtos financeiros, nomeadamente nos PPR, que apresentam um aumento de 152,2%.



O rácio de solvabilidade estimado em dezembro de 2013 situou-se em 159%, que compara com 136% registado em 2012. Para esta variação favorável contribuiu o aumento dos elementos constitutivos da margem de solvência, em cerca de 4.879 milhares de euros.

O Grupo Tranquilidade, no qual a T-Vida se insere, prosseguiu no decorrer do ano 2013 com o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguros. Em matéria de Solvência II foi, ainda, efetuado o acompanhamento e monitorização das ações previstas no plano de implementação do programa (Roadmap) previamente definido.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adotados pela Companhia, funções estas realizadas em colaboração com o Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2013 procedemos à apreciação do respetivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspetos mais relevantes que caracterizaram a atividade da Companhia durante o ano findo em 31 de dezembro de 2013.

Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2012, datada de 17 de março de 2014, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das ações de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respetivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da **T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.** aprove:



- a) O Relatório de Gestão, datado de 25 de fevereiro de 2014, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2013, no montante de 4.296.044,58 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 21 de março de 2014

**O Conselho Fiscal**



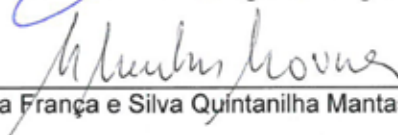
---

António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



---

João de Faria Rodrigues – Vogal



---

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal



[www.t-vida.pt](http://www.t-vida.pt)